

IVANA CARDOSO MAES

**UMA VISÃO DAS FAMÍLIAS PERTENCENTES À
COMUNIDADE DO MORRO DA CAIXA ATRAVÉS DE
ESTUDOS SOCIAIS**


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, outubro de 2002.

IVANA CARDOSO MAES
Estudante do Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

**UMA VISÃO DAS FAMÍLIAS PERTENCENTES À
COMUNIDADE DO MORRO DA CAIXA ATRAVÉS DE
ESTUDOS SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,
orientado pela professora Nilva Souza Ramos para
obtenção do título de Assistente Social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Casa da Criança e do Adolescente, pela oportunidade de realização do estágio;

Aos funcionários da casa da criança, que me acolheram de braços abertos, principalmente pelo coordenador da Casa, Miro, pelo apoio que me deu no decorrer do estágio e depois dele;

À professora Nilva, pela orientação, apoio, confiança, compreensão e que nos estimulou a cada desânimo a continuar o trabalho na casa;

Aos professores e funcionários do Curso de Serviço Social da UFSC, pela formação acadêmica;

Às famílias pesquisadas, as quais foram alvos deste trabalho;

Às supervisoras de campo, Márcia e Teka, pela supervisão prestada durante o estágio, assim como pela amizade construída durante esse período;

As minhas amigas construídas ao longo da vida acadêmica, Clédia , Laurita, Ediline e todas as colegas de que alguma forma contribuíram durante essa etapa;

Aos meus pais, que me deram a vida;

Às minhas filhas, Karine, Caroline e Daniele Maes, pela força, ajuda e apoio nessa minha caminhada;

Agradeço, principalmente, ao meu marido Ricardo, pelo companheirismo, entusiasmo, apoio, e, sobretudo pelo amor que vem demonstrando Durante essa caminhada.

“A Família é recinto privilegiado para deixar crescer as potencialidades pessoais e sociais que o homem traz gravadas em seu ser. É o lugar onde cada pessoa é chamada a experimentar, o amor próprio e a compartilhar aquele amor sem o qual o homem não poderia existir”.(João Paulo II)

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado e julgado perante a Banca Examinadora que atribuiu a nota _____, à aluna Ivana Cardoso Maes – matrícula 99216868.

Banca Examinadora

Prof. Nilva Sousa Ramos
Presidente da Banca

Sra. Márcia Gomes da Silva de Oliveira
Primeira Examinadora

Sra. Suzana Valda Vidal
Segunda Examinadora

SUMÁRIO

Lista de ilustração.....	07
APRESENTAÇÃO.....	08
1- PROJETO CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DA CAIXA DE COQUEIROS	
1.1 - A Idéia das Casas Lares.....	10
1.2 -- Sociedade Alfa Gente.....	12
1.3 - Projeto do Morro da Caixa (Casa da Turminha).....	13
1.4 –Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa.....	15
1.5 - O Serviço Social na Casa da Criança e do Adolescente.....	19
2 -FAMILIA UMA QUESTÃO Á SER PENSADA	
2.1 Falando sobre Família.....	23
2.1 Família dos anos 90.....	26
2.2 Família Segmento Social Vulnerável.....	30
2.3 Serviço Social Com Família Segmento Social Vulnerável.....	33
3 - ESTUDOS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS QUE TEM SEUS FILHOS MATRICULADOS NA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DA CAIXA.	
3.1 O Estudo Social.....	40
3.2 - Instrumental técnico para a realização do estudo social.....	42
3.2.1 –Entrevista.....	43
3.2.2 – Observação.....	43
3.2.3 – Visita Domicíliar.....	43
3.3 – Análise dos estudos sociais realizados através da disciplina processo de trabalho famílias segmentos sociais vulneráveis.....	44
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

LISTA DE TABELAS

1- Estrutura Familiar.....	47
2- Mãe com Filhos menores ou maiores de quatorze anos.....	48
3- Famílias Extensas.....	49
4- Famílias Recompuestas.....	50
5- Casal com Filhos.....	51
6- Local de Origem.....	52
7- Saneamento Básico.....	53
8- Nível de Escolaridade.....	55
9- Ocupação.....	56
10-Renda Mensal.....	58
11-Religião.....	59
12-Doenças Reveladas.....	60
13-Crianças atendidas ou não no programa, pelo PETI.....	62
14-Tipos de Violência praticados contra crianças ou adolescentes....	63

APRESENTAÇÃO

Foram realizados estudos sociais, em decorrência da disciplina Processo de Trabalho Família Segmentos Sociais Vulneráveis, pela 6ª fase de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no período de março a junho de 2001, com famílias pertencentes à comunidade do Morro da Caixa, onde seus filhos freqüentam o programa de jornada ampliada na Casa da Criança e do Adolescente do Moro da Caixa.

Vivenciando um pouco a realidade daquelas famílias, através da disciplina citada acima, despertou-nos o interesse em realizar o estágio obrigatório na Casa da Criança e do Adolescente.

Os estudos sociais realizados pela UFSC vieram ao encontro do objetivo do programa, ou seja, realizar o mapeamento das famílias, conhecendo a realidade das famílias e a necessidade de uma possível intervenção.

Durante o período de estágio, atuamos prioritariamente com crianças e adolescentes. Tínhamos o objetivo de proporcionar à criança e ao adolescente o esclarecimento necessário para que se desenvolvessem enquanto pessoas de direitos. Repassamos as informações através de vídeo, cartazes e debates e os temas propostos pelo próprio grupo.

Ao realizar as oficinas com o grupo, apareceram várias questões a serem trabalhadas, da menstruação, às drogas.

Ao realizarmos as matrículas para o ano seguinte, entrevistamos as famílias das crianças e adolescentes, preenchendo um questionário sócio-econômico. Nesse contato, percebemos o quanto àquelas famílias se encontravam em situação de vulnerabilidade.

O interesse em realizar o trabalho final sobre o Estudo Social com famílias provém dessa vivência de estágio na Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa, no período de agosto de 2001 a Dezembro do mesmo ano.

Nesse sentido, o interesse em abordar aspectos relacionados às famílias deve-se ao fato de nessa área estar concentrada a maior demanda para o Serviço Social.

No primeiro capítulo, falaremos um pouco da história das Casas Lares, a partir da idéia de duas moradoras que, ao vivenciarem as precárias condições em que viviam algumas crianças na comunidade, resolveram abrir a primeira casa lar na região.

Ao perceberem as dificuldades na aprendizagem escolar das crianças e dos adolescentes do abrigo, o Serviço Social das Casas - Lares procurou estender à comunidade a idéia de jornada ampliada. Nesse capítulo, procuraremos abordar um pouco essa dinâmica, a parceria com a Sociedade Alfa gente, que se une à Casa da Criança e do Adolescente em regime de comodato, o Serviço Social na Casa da Criança e do Adolescente, o profissional e os estagiários (as) de Serviço Social e suas funções.

O segundo capítulo se refere à noção de família, resgatando o conceito de Família na idade média, moderna e contemporânea. A família que deixou de ser uma instituição de cuidados para ser cuidada. Vamos utilizar como base teórica alguns autores como Mioto, Prado, Sérvulo Figueira, dentre outros.

No terceiro capítulo, abordaremos os aspectos e dados obtidos através dos estudos sociais realizados pela UFSC, pela 6ª fase de Serviço Social no período de dois semestres de 2001 a 2002, com as famílias das crianças e adolescentes da Casa da Criança e do Adolescente. Para isso, comentaremos um pouco sobre estudo social e os instrumentos utilizados pelo Serviço Social, para, então, adentrar as análises dos referidos estudos.

I CAPÍTULO

1 O PROJETO DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DA CAIXA

1.1 A IDÉIA DAS CASAS LARES

Na comunidade de Coqueiros, duas moradoras encarregadas de dinamizar a ação social da paróquia, desenvolveram uma experiência de atendimento a crianças e adolescentes da via expressa. Perceberam o grande empobrecimento em que viviam aquelas crianças, carências essas que iam desde as precárias condições de saúde, educação, moradia, violência infantil até falta de alimentação. As duas moradoras, Leila Pivatto e Rose Lee de Sá, juntamente com o padre da paróquia Nossa Senhora do Carmo, deram início à *primeira Casa-Lar* naquela região de Coqueiros.

A Casa Lar Nossa Senhora do Carmo foi inaugurada em 1994, para atender crianças e adolescentes do sexo feminino. Atendia-se, na época, 10 meninas encaminhadas ao abrigo pelo conselho tutelar. A Casa recebe recursos das Obras Sociais da Comunidade de Coqueiros, e, através de convênios, com a Secretaria da Família do Estado de Santa Catarina e com a Prefeitura de Florianópolis.

A pedido da presidente da AFLOV (Associação Florianopolitana Voluntários), Sr.a Cleide Grando, as duas moradoras, Leila e a Rose, inauguraram, no ano seguinte (1995), a Casa - Lar São João da Cruz, onde o desafio era o atendimento de meninos em idade de 7 a 18 anos. Nessa época, foi estipulado o atendimento de no máximo doze meninos /meninas para abrigo.

Surgem, assim, as Casas Lares Nossa Senhora do Carmo, para meninas, e a Casa-Lar São João da Cruz, para os meninos, tendo como objetivo garantir a

aplicação dos princípios constantes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Artigo 92 - As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – *integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;*
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não-desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII -participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoa de comunidade no processo educativo.

Parágrafo único – O dirigente de entidade de abrigo é equipado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

As duas Casas Lares têm, como objetivo dar uma alternativa de atendimento a criança e ao adolescente que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social, como maus tratos, abandonos, estupros, por um determinado tempo, em regime de abrigos.

Constatando-se que as crianças que chegavam no abrigo apresentavam dificuldades em realizar as tarefas da escola, foi proposto, então, buscar alternativas para solucionar o problema. Com o apoio de voluntários, as crianças começaram a receber o acompanhamento necessário, obtendo resultados positivos. Após o atendimento das crianças das casas lares, uma estagiária de Serviço Social, em conjunto com as Casa lares, realizou um projeto de estender para a comunidade a idéia de prestar acompanhamento escolar às crianças que apresentassem as mesmas dificuldades.

1.2 SOCIEDADE ALFA GENTE

A Sociedade Alfa Gente é uma entidade filantrópica, que atua nas comunidades mais carentes do município de Florianópolis. Desenvolve programas interdisciplinares voltados à saúde, educação, nutrição e desenvolvimento social de crianças e adolescente, articulando-se com entidades públicas e privadas.

De acordo com o estatuto da Sociedade Alfa Gente – SAG, a entidade foi fundada em 1978, tem como missão específica o atendimento de crianças e adolescentes das periferias e conta com três Centros de Educação Infantil (CEI), um localizado na comunidade Vila Aparecida, um no Morro da Caixa e outro no Morro do Mocotó, atendendo 430 crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos em período integral. Atualmente, a Sociedade Alfa dispõe de um programa de reforço escolar, que se localiza no Morro da Caixa que atende 90 crianças de sete a treze anos.

A Sociedade Alfa Gente, além de prestar atendimento às crianças e adolescentes das periferias, auxilia na condição para que as mães ou responsáveis sejam liberadas para o trabalho, aumentando, assim, a renda familiar.

Para concretizar os objetivos, são desenvolvidas atividades nas áreas da saúde, como acompanhamento de vacinas, prevenção de doenças, assistência odontológica e supervisão de enfermeira especializada em fitoterapia.

Na educação, atende cada criança como ser único, respeitando sua individualidade e promovendo sua integração nos grupos sociais.

Na nutrição, os cardápios são de acordo com a situação nutricional da criança; No social, ajuda à integração grupal, comunitária e familiar.

São 70 profissionais preparados para trabalharem com famílias de classes populares nas diversas áreas, com material adequado e metodologias

específicas. Dentre esses profissionais, 47 são renumerados pela entidade, 23 professores substitutos cedidos pela P.M.F (Prefeitura Municipal de Florianópolis), 10 voluntários encaminhados pelo Instituto Voluntário em Ação, 04 voluntários que compõem a Diretoria e o Conselho Fiscal e 07 voluntários que participam há alguns anos das atividades dos CEI's (Centro de Educação Infantil).

A Sociedade Alfa Gente atua frente à população mais vulnerável, com alta densidade populacional, com precárias condições mínimas de higiene e saúde, devido à inexistência de uma boa infra-estrutura, observado o despreparo dos pais no acompanhamento e desenvolvimento de seus filhos, falta de infra-estrutura educacional do poder público que atenda os interesses da comunidade e principalmente, de políticas públicas voltadas para a população pobre.

Principais parceiros: a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com a qual mantém convênio, parcerias com empresas e com o Instituto Voluntários em Ação (IVA).

1.3 PROJETO MORRO DA CAIXA (Casa da Turminha)

O programa de Educação complementar (Casa da Turminha) estava vinculado às Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros (Rua Professor Bayer Filho, 81 – Coqueiros – fundada em 27/11/80 – Utilidade Pública Estadual: Decreto Lei não- 600/81 – Municipal: Lei não-2.079/84 – CGC 80. 670.645/0001-00- Florianópolis – Santa Catarina), sendo implantado através do projeto de uma estagiária de Serviço Social das Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz.

Em decorrência do acompanhamento escolar nas Casas Lares, percebemos a importância da escola no dia a dia das crianças e dos

adolescentes abrigados. As crianças e adolescentes do abrigo apresentavam pouco interesse na escola, as dificuldades eram muitas, suscitando a necessidade de um (a) professor (a) de reforço escolar, acompanhado as atividades pedagógicas, constatando-se pela melhora das notas, que os rendimentos escolares daquelas crianças e adolescentes tornaram-se positivo.

Em reuniões pedagógicas realizadas pela escola, os profissionais da Casas Lares identificaram que, além das crianças e adolescentes abrigados, outras crianças do bairro também apresentavam a mesma necessidade de acompanhamento escolar.

Sendo assim, o Serviço Social das Casas Lares, mais especificamente uma estagiária de Serviço Social, procurou, a partir do seu projeto de estágio, dar início à implantação do programa de jornada ampliada na comunidade, que teve início em 1999.

O primeiro passo era achar um local apropriado na própria comunidade, bem como parcerias para a realização do projeto. Após reuniões com o padre da igreja local e outros, o projeto foi aceito, iniciando-se o programa de jornada ampliada no salão da igreja. Todas as necessidades levantadas para a execução do programa eram satisfeitas no salão paroquial, com quatro salas, dois banheiros, salão amplo para a recreação e um espaço externo para a prática do esporte e lazer.

Assim, foram iniciadas as atividades do programa no Salão Paroquial da Capela São Judas Tadeu, localizado na Avenida Ivo Silveira, em Coqueiros, chamava-se Casa da Turminha. A princípio, foi adotado como critério de seleção que as crianças estivessem freqüentando a 1- série do ensino fundamental e ter entre 06 e 09 anos de idade, mas, pela carência financeira muito grande na comunidade, as exceções tornaram-se inevitáveis. Na época, foram atendidas 29 crianças.

Segundo relatos do coordenador do Programa Casa da Criança e do Adolescente, no ano de 2000, por motivos diversos, foram “retirando –se” do salão paroquial as crianças e os adolescentes para dar espaços às atividades da igreja, espaços esses agora ocupados pelos grupos de idosos. Na mesma comunidade, um outro trabalho com crianças e adolescentes se desenvolvia há pelo menos 10 anos, ocupando espaços da própria comunidade, como pátio da creche, galpões de casas de moradores, térreo de igreja e espaços abertos, de modo que não possuíam um espaço fixo e sistemático.

Mas, em 1999, um colaborador de muitos anos da S.A.G (Sociedade Alfa Gente) doou uma casa na própria comunidade, para que as crianças e adolescentes pudessem desenvolver as atividades e não freqüentarem as ruas. Como o trabalho desenvolvido na igreja era o mesmo da comunidade, a Casa da Turminha, juntamente com a Casa da Criança e do Adolescente, decidiram trabalhar juntas, uma vez que tinham o mesmo objetivo, ou seja, retirar as crianças das ruas, ocupando seu tempo para que não entrassem em contato com as drogas, violências. Surge, assim, em 2000, a Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa, em regime de comodato.

1.4 CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DA CAIXA

A Casa da Criança e do Adolescente, atualmente, está situada à rua Travessa Universal, n-14, no Morro da Caixa, no Continente.

Na comunidade do morro da Caixa se concentra grande número de famílias empobrecidas de Florianópolis.

O alto grau de desemprego é a principal causa dos problemas enfrentados pela comunidade do Morro da Caixa. Muitas famílias procuram de várias maneiras, sobreviver à crise; para muitos, a saída, está no narcotráfico, com as crianças sendo convidadas a trabalharem na transação das drogas. Algumas

famílias expõem suas crianças às ruas, na venda de doces. De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente),

Capítulo V – Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Art 60º - É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz*.

Mesmo após doze anos do ECA, muitas crianças se encontram nas ruas, em serviços perigosos, os órgãos públicos não dão conta da demanda que lhes são apresentadas.

Enfatizamos que a Casa conta com 90 crianças matriculadas, na sua maioria, em situações de vulnerabilidade.

Crianças e adolescentes moradores da comunidade do Morro da Caixa são encontrados trabalhando nas ruas, e se denunciados são encaminhados através do Conselho Tutelar à Casa da Criança e do Adolescente.

Atualmente, a Casa da Criança e do Adolescente tem em seu quadro um total mais ou menos de 50 crianças que são encaminhadas pelo Conselho Tutelar, recebendo, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), uma bolsa de R\$ 45 para cada criança ou adolescente encaminhado.

O objetivo do PETI é que as crianças ou adolescentes saiam das ruas, voltando à escola e se inserindo em algum programa de jornada ampliada, configurando-se assim, a importância do programa na construção da cidadania da criança e do adolescente da comunidade do Morro da Caixa

Atualmente, a Casa da Criança e do Adolescente atende 90 crianças de 7 anos a 12 anos, em períodos opostos ao período escolar.

Tem como objetivo específico:

* A Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1998 alterou a idade mínima de ingresso o trabalho para 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos

- Prevenir e/ou auxiliar na superação do baixo rendimento escolar através do reforço complementar ao ensino da escola;
- Construir como suporte na tentativa de evitar que crianças fiquem perambulando na rua fora do período escolar e/ou que sejam vítimas de exploração econômica por parte de seus pais.
- Planejar atividades esportivas e de recreação destinadas ao desenvolvimento físico e mental sadio;
- Orientar na importância dos hábitos de higiene e de cuidados com o corpo;
- Estimular por meio de atividades lúdicas e artísticas a socialização entre as crianças;
- Constatar, através da equipe de Serviço Social da instituição, problemas familiares e outros conflitos que ocasionem e/ou dificultem a aprendizagem da criança, bem como seu desenvolvimento bio-psico-social, para que possam ser realizadas as devidas intervenções.

O trabalho oportuniza três momentos:

- O lanche seguido do reforço escolar,
- O esporte,
- As atividades lúdicas seguidas do almoço ou janta.

Cada atividade é exercida durante um período de uma hora pelos 45 alunos, divididos em grupos e cada grupo é composto de 15 alunos.

O corpo funcional da casa é integrado por:

- Um coordenador,
- Professores de recreação, reforço e de atividades lúdicas,
- Assistentes sociais das casas lares,
- Cozinheira,
- Estagiários de Serviço Social.

Fica a cargo da Sociedade Alfa Gente o pagamento da cozinheira, da professora de atividades lúdicas, do professor de recreação e do coordenador. Fornece, também, vale transporte para dois funcionários e cesta básica para os quatro funcionários. A prefeitura Municipal de Florianópolis paga a professora de reforço escolar.

A casa conta com o apoio de uma rede de voluntários como por exemplo, o grupo Angeloni, o Correio Amigo, que, sensibilizado com o trabalho realizado na casa em época de festas colaboram com presentes para as crianças e doação de equipamentos para serem revertidos em dinheiro para a compra do gás, luz ou no que for necessário.

Voluntários da própria comunidade, ao conhecerem a realidade da casa, procuram, de alguma forma, ajudar como podem, na ajuda com a professora de reforço com as crianças, na prática de esportes, com material para realizarem os bazares, trazendo alimentos, roupas etc.

É uma preocupação da sociedade civil os problemas sociais, por isso, se reúne em grupos em busca de alternativas. Tais organizações não visam lucro, são estruturadas fora do aparato do estado, são autogovernadas, e o trabalho é voluntário, são chamados de terceiro setor. Fica claro aqui quanto ao papel do estado na formulação e execução de políticas públicas.

Por terceiro setor, entende-se todas as "Organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade da filantropia e do mercado e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (Segundo GIFE Fernandes, 1997, p.27).

A parceria se estende aos acadêmicos da 6ª fase de Serviço Social da UFSC, que através dos Estudos Sociais por estes, realizaram, no ano de

2001/02, um mapeamento da comunidade onde se pode conhecer um pouco a realidade, as necessidades e demandas de algumas famílias selecionadas pela Casa da Criança e do Adolescente. A parceria se estende, também, para os estagiários de Serviço Social, que buscam, através da prática, aplicar todos os conhecimentos adquiridos na vida acadêmica.

1.5 O SERVIÇO SOCIAL NA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Casa da Criança e do Adolescente e Casas Lares trabalham em parcerias. Recebem o apoio da Assistente Social voluntária, de uma Assistente Social contratada e de estagiários (as) de Serviço Social da UFSC começando aqui a história do estágio de Serviço Social na Casa da Criança e do Adolescente, mais precisamente no ano de 2001.

A idéia de realizar o estágio na Casa da Criança e do Adolescente surgiu através da disciplina Processo de Trabalho Família e Segmentos Sociais Vulneráveis. Essa disciplina procura vivenciar experiências relacionadas às famílias e segmentos sociais vulneráveis, propicia ao aluno práticas junto aos usuários, sendo que o aluno se utiliza de instrumentos técnicos operativos para intervenção, tais como: entrevistas, observação, relatórios, visitas domiciliares, pareceres, diário de campo, etc.

A Casa da Criança e do Adolescente tem em seu regimento interno, criado em 2001, as atividades atribuídas aos professores, coordenador (es), cozinheira, e atividades desenvolvidas pelos (as) Estagiários (as) de Serviço Social assim como pelo Assistente Social, que exercem entre outras as atividades:

- Participar das paradas Pedagógicas da Casa da Criança e do Adolescente;
- Atender crianças, adolescentes e famílias no intuito de esclarecer sobre seus direitos e deveres, repassar outras informações e

intervir sobre necessidades solicitadas através das demandas dos usuários;

- Coordenar e supervisionar o trabalho das estagiárias de Serviço Social;
- Acompanhar e coordenar o diagnóstico sócio-econômico das famílias envolvidas na Casa da Criança e do Adolescente;
- Realizar parcerias/ intercâmbio com escolas em que as crianças e adolescentes da Casa estão matriculados;
- Colaborar no aprimoramento do corpo docente, propondo a realização de encontros, palestras, cursos e treinamentos;
- Registrar as intervenções e outras situações referentes às crianças, adolescentes e famílias, que forem realizadas pelo profissional;
- Participa das reuniões dos diversos setores da Sociedade que realizam trabalhos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- Responsabilizar-se pelos contatos com colaboradores e contribuintes da Casa da Criança e do Adolescente;
- Elaborar projetos para obtenção de recursos;
- Propor alternativas para angariar recursos financeiros para cobrir gastos mensais e necessários;
- Receber e encaminhar voluntários;
- Representar a Casa da Criança e do Adolescente sempre que solicitada pela Supervisão Geral dos Programas, em reuniões, palestras e conferências de interesse da Instituição;
- Articular parcerias com órgãos governamentais e não governamentais: Conselho Tutelar, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), etc.
- Divulgar o trabalho realizado pela Casa da Criança e do Adolescente em universidades e outras instituições, bem como

em seminários e reuniões que contemplem a política de atendimento infante – juvenil.

As atividades desenvolvidas pelos(as) estagiários(as) são :

- Participar das supervisões realizadas pelo assistente social, tendo como finalidade discutir e refletir as intervenções efetivadas no campo de estágio;
- Realizar estudo social das famílias das crianças e adolescentes que freqüentam a Casa da Criança e do Adolescente;
- Participar de eventos (seminários, palestras, reuniões etc.) dos diversos setores da Sociedade, que realizam trabalhos com a população infante – juvenil;
- Representar a Casa da Criança e do Adolescente sempre que solicitada pela Supervisão Geral dos Projetos, em reuniões, palestras e conferências de interesse da Instituição.

São as Crianças e os Adolescentes que fazem parte da população alvo do programa. Os profissionais de Serviço Social da Casa da Criança e do Adolescente não apenas vêem a criança ou o adolescente individualmente. A visão que se tem é de que a família é a base da sociedade, portanto, é nela que o indivíduo nasce, cresce e se reproduz, devendo-se olhar não só as crianças e os adolescentes, mas a família na sua totalidade.

Ao realizarmos o estágio obrigatório, e não obrigatório, nesse local, percebemos o quanto às ações profissionais são importantes. Cotidianamente, defrontamo-nos com a realidade daquelas famílias com problemas, muitas vezes emergenciais, e que nos impedem de ter uma ação mais direta, pela falta de políticas adequadas a todas as famílias. Pois o que se percebia era que mesmo a família estando em situação emergencial, apenas algumas de suas necessidades poderiam se atendidas de imediato. Muitas instituições

pedem cadastramento das famílias, para que, conforme a ordem de chegada, sejam atendidas ou não.

⋮

II CAPÍTULO

2 - FAMÍLIA UMA QUESTÃO À SER PENSADA

2.1 Falando Sobre Família

A família é uma estrutura social muito antiga; através dos tempos, percebe-se que ela se modifica, assumindo formas e/ou mecanismos de funcionamento dos mais diversos. Para entendermos essa dinâmica, começaremos a situá-la na idade média.

Através do estudo das famílias aristocráticas da idade média, surge o modelo da família monogâmica ou patriarcal. Nessa época, habitavam desde crianças até criados numa mesma casa, não havia privacidade, a casa se confundia com as ruas, as pessoas saíam e entravam livremente. A relação afetiva era impedida de se realizar. O casamento se dava através de arranjos de conveniência, cuja prioridade era manter a propriedade.

A família não correspondia a nada, além da instalação do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a 'casa' dos amos e senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em suas própria casa, às vezes, nem ao menos tinham uma casa, eram vagabundos sem eira nem beira, (verdadeiros mendigos). Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem (Áries apud Lídia Maria M. R. Silva, 1982, p. 43).

As crianças pobres, ainda pequenas, eram desligadas do convívio do lar. Na rua, na convivência com outras crianças, jovens e adultos, aprendiam os valores e conhecimentos necessários. Cabia às crianças aprenderem algum

ofício, ou ainda eram encaminhadas para servirem em outras casas, tendo que trabalhar, desde cedo.

Com o advento da revolução Francesa e o desenvolvimento da indústria moderna, surge um novo modelo de família constituída pelo pai, mãe e filhos. Seriam as chamadas famílias ideais, nucleares burguesas. A entrada da família nuclearizada determinou uma forma centrada na acumulação, não mais da virtude, herança ou conservação.

O modelo de família nuclearizada se institucionalizou, centrada numa cultura interior privada, ou seja, a mãe era vista como a figura abnegada, dedicada ao lar, cozinhava, cuidava dos filhos, realizava trabalhos manuais, e o pai, o provedor, tido como figura do espaço público. A figura masculina determinava as direções, dava ordens, enfim, era quem supria as necessidades básicas da família. A estrutura desejada na época se constituía pela mãe, pai e filhos; esse modelo era o da *família nuclear burguesa*. Fora desse contexto, a família era vista como desestruturada ou incompleta. A teoria funcionalista vai afirmar que essa família deveria ser trabalhada para que pudesse novamente ser inserida na ordem social. Esse modelo constituía-se como um modelo hierárquico.

A família hierárquica é relativamente organizada, mapeada [...], neste modelo de família, homem e mulher se percebem como intrinsecamente diferentes, [...]. O poder do homem se apresenta como superior ao de sua esposa, esta superioridade se fundando na sua relação privilegiada com o trabalho fora de casa e no fato de que a expectativa de monogamia só é sistematicamente sustentável do homem em relação à mulher, e não vice-versa. (Sérvulo Figueira 1987, p. 15)

Com o processo de modernização, esse ideal de família vai aparentemente sendo abandonado e a ideologia do igualitarismo vai tomando forma.

As pessoas tradicionais nesse período, assumem comportamento que, até então, não se esperava; diziam-se pessoas modernas, liberadas, não preconceituosas, os valores são outros, está baseando-se no respeito à individualização do outro.

Segundo Servulo Figueira,(1987, p. 19) “pais e filhos homem/ mulher são indivíduos, que se relacionam a partir do ideal da igualdade e do respeito”.

As mulheres saem à luta em busca do amor, do prazer, as tarefas antes eram exclusivas das mulheres, e repartida com os homens; exemplo disso podemos citar os cuidados dos filhos recém nascidos, essa tarefa agora é repartida com o marido.

Já no século XX, muitos autores não conseguiam entender que a instituição familiar acompanha o movimento geral da sociedade, por isso, divulgavam que a família se encontrava em crise. Os valores conjugais vão se alterando, a união por toda vida tornaram-se possibilidades, as mulheres começam a ocupar os espaços que até então eram dos homens. Os movimentos feministas, juntamente com outros movimentos raciais, evidenciam que o modelo da família conjugal estava em crise.

Segundo BILAC (1997, p.34) “A crise das famílias reais seria a crise do esvaziamento da instituição familiar, que não mais teria condições de referenciar ou organizar a reprodução”.

Várias formas de família aparecem, as famílias constituídas pelos filhos e a mãe eram consideradas como famílias incompletas; na atualidade, era chamada de família chefiada por mulheres ou um modelo emergente.

Para Kaloustian (1994, p.11) “A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou forma como vem se estruturando”.

Romper com os modelos ideais de família significa entender que outras possibilidades de organização familiar também são possíveis.

2.2 A FAMÍLIA DOS ANOS 90

De acordo com algumas análises elaborada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios- IBGE, 1994), a família brasileira dos anos 90, sofreu algumas transformações:

1. Reduziu o número de filhos; a média era de 6,3 nos anos 60, e nos 90, de 2,5 filhos;
2. Houve um aumento da concepção em idade precoce, ou seja, aumento da gravidez entre adolescentes;
3. Concentração da vida reprodutiva das mulheres em idades mais jovens (até 30 anos), ou seja, as mulheres estão se dedicando a outras atividades (trabalho, relação conjugal) mais do que para a função de reprodução;
4. Aumento da co-habitação e da união consensual;
5. Predomínio das famílias nucleares;
6. Aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes de casa;
7. Aumento das famílias recompostas, como consequência do aumento de separações e divórcios;
8. O crescimento da população idosa;
9. Aumento das pessoas que vivem sozinhas; essa mudança tem ocorrido devido á transformação e liberação dos hábitos e dos costumes, especialmente relacionados à sexualidade e à nova posição da mulher na sociedade;
10. O desenvolvimento técnico e científico, aparecimento do anticoncepcional, o avanço dos meios de comunicação de massa;
11. O modelo de desenvolvimento econômico (brasileiro) teve como consequência a migração desacerbada do campo para cidade e um grande número de crianças e mulheres no mercado de trabalho, o

empobrecimento das famílias; e a perda da eficiência do setor público nas prestações de serviço.

Diante dos dados obtidos, a família dos anos noventa se modificou consideravelmente; hoje, encontramos os mais variados modelos de família (nuclear, monoparental, recomposta etc).

Todas essas mudanças implicaram mudança na configuração familiar, como as mudanças nas relações homem/mulher e como a reprodução e os cuidados com os filhos deixaram de ser a razão de vida das mulheres. Tudo isso agora é apenas uma etapa de suas vidas, pois assumem papéis diferentes.

As mulheres, de forma geral, deixaram de ser consideradas "Amélia". Hoje, podemos encontrar mulheres assumindo postos de trabalho que até então era exclusividade dos homens (postos de alto escalão, como governadora, delegada de polícia, etc.), exercendo cada vez menos os trabalhos domésticos.

Não podemos dizer que seja igual nas camadas populares, pela falta de educação e dos recursos necessários para que um ser humano possa se desenvolver. As mulheres estão sobrecarregadas, além de trabalharem fora ganhando pouco, elas cuidam dos filhos, da casa e, muitas vezes, sustentam sozinhas o lar.

A família tem como papel e a função o cuidado e a proteção de seus membros, é dentro dela que a criança aprende e se reconhece como parte integrante de um grupo, além do que, e dentro dela que geração e geração são cuidadas.

A Literatura sociológica e antropológica nos diz que, para uma leitura de família, deve-se analisar as diferentes formas nas diversas classes sociais, pois a família brasileira, principalmente as de camadas populares, estão pressionadas pela política econômica. Essas políticas não asseguram as

mínimas condições de sobrevivência, ao contrário, pela insegurança e ausência de serviço público, as famílias são levadas ao estresse.

Minuchin apud Miotto, (1998, p.22) afirma que:

“Todo processo de transição e adaptação da família implica em ansiedade e falta de diferenciação que são os elementos de situações novas e podem gerar o estresse familiar”.

De acordo com Minuchin, apud Miotto, 1998. O estresse pode ser vivido por um de seus membros com o mundo externo (desemprego), sendo que este está relacionado com a família, e vai depender de como ela está organizada, para que seus membros possam superar o desemprego, procurando viabilizar apoio e segurança.

Outra causa do estresse na família é quando esse tem que deixar seu lugar de origem, deslocando-se para outras cidades em busca de novas chances no mercado de trabalho.

A família vive momento de estresse, também, quando em seu meio, há a presença de alguma criança deficiente mental. As fases evolutivas (adolescência, casamento, separação, morte, etc.), implicam surgimento de conflitos, a família, como entidade evolutiva, necessita se adaptar, se reestruturar, conforme a fase em que está vivendo no momento. A negação dessa reestruturação faz com que a família se desestabilize e uma nova estrutura de elementos geradores de conflitos apareça

A realidade atual indica que as formas de organização das famílias são totalmente diversas e modificam-se, continuamente, para atender exigências que lhe são impostas pela sociedade, pelos sujeitos que a compõem e pelos eventos da vida cotidiana. O terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, da contradição. As relações são profundamente marcadas pelas contradições entre as expectativas que a sociedade tem e as possibilidades objetivas de realização. Esta situação é condicionada tanto pela organização econômica e social da distribuição de

recursos, como pela coexistência de modelos culturais (valores, normas, papéis) reciprocamente contraditórios. Veja-se o paradoxo do fortalecimento da lógica individualista em termos societários e o apoio para a preservação da lógica da solidariedade familiar (Miotto, 1999,p.03).

Diante das crises, as famílias não têm amparo social, impossibilitando o seu dever de manutenção. A política no Brasil é compensatória, seletiva, assistencialista, direcionada aos segmentos da população mais carente, que se encontram desprovidos de todos os recursos.

A proteção do Estado está direcionada ao indivíduo portador de direito e não mais à família ou à comunidade. Restou à família a proteção por serviços sociais, assistencialistas (creche, escola etc.); os programas de apoio sócio-familiar trazem propostas para grande parcela vulnerável da nossa sociedade, mas que só vão sendo implantados quando os recursos são destinados.

Na perspectiva de manter o vínculo familiar da criança e do adolescente, para que sua formação se dê da melhor forma possível, considera-se fundamental a articulação família, sociedade e Estado com os direitos sociais.

Faz-se necessário considerar que, apesar das mudanças ocorridas nas relações estruturais e sociais, a família ainda mantém determinadas características nas suas relações. É na família que são desenvolvidos o afeto, a proteção, a gratidão, o amor, a inveja, a satisfação e as insatisfações diante da vida. A família apresenta-se como o lugar onde a criança desenvolve sua personalidade e aprende a viver socialmente e em conjunto. Segundo Ackerman apud mioto (1998,p. 23) "A tarefa central da família é a socialização da criança e a formação da identidade".

A família deve ser considerada como um todo, levando-se em conta as mudanças que a afetam, nos aspectos culturais e sociais da sociedade

capitalista. As políticas sociais não são feitas para a realidade das famílias vulneráveis, que, além de terem que lutar pela sobrevivência, estão carentes no sentido político e em sua cidadania.

Geralmente, os recursos a elas destinados são escassos, insuficientes para atendê-las de maneira a suprir suas necessidades básicas. Estado não deve atendê-las como favor, ou seja, essas famílias, quando chegam às instituições, acham que estão incomodando com seus problemas, e, quando ganham algum benefício, ficam eternamente agradecidos. Essas famílias, que não conseguem superar a crise, são consideradas famílias vulneráveis e precisam de atenção especial.

2.3- FAMÍLIA SEGMENTO SOCIAL VULNERÁVEL

O termo segmentos sociais vulneráveis foi utilizado pela área de direitos humanos para designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica e ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania.

As transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho e ao fortalecimento da lógica individualista desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares, tornando as famílias mais vulneráveis.

Com o processo de modernização, a família vem apresentando mudanças, mudanças essas que requerem novos arranjos familiares e novas dinâmicas, para poder responder essas novas mudanças. A família deixou de ser um modelo padrão, considerando por muito tempo, como ideal (pai, mãe e filhos), assumindo novos papéis.

No dizer de Prado (1991, p.08). “[...] os tipos de famílias variam muito, embora a forma mais conhecida e valorizada seja a família composta de pai, mãe e filhos, chamada de família nuclear ou normal”.

No Brasil, o grau de vulnerabilidade vem aumentando, dadas as desigualdades advindas da estrutura social; cada vez mais as famílias criam estratégias para sobreviver. Essa vulnerabilidade está entre os fatores da conjuntura econômica das qualificações individuais, dos arranjos familiares e com o ciclo da vida das famílias. As mulheres sozinhas (chefe da casa), casais velhos, sem filhos, estão mais vulneráveis à condição de pobreza, pois se inserem em condições precárias no mercado de trabalho. Geralmente, o trabalho é informal, sem vínculo empregatício.

Os adolescentes abandonam precocemente a escola, ingressando no mercado de trabalho para reforçar a renda da família. Segundo o IBGE/Ministério de Trabalho, 1993, 80% das crianças e adolescentes filhos de famílias pobres contribuem com 30% do orçamento familiar. Muitas vezes, essas crianças e adolescentes ficam perambulando pelas ruas, longe da família e da comunidade, podendo ser envolver com o mundo das drogas e do crime. Sabe-se que esse caminho é o que fica mais perto da morte e que crianças e adolescentes vítimas dessa violência compõem um quadro de estatística drástica.

A difícil vida em sociedade, sem dúvida, e mais especificamente a que vivemos hoje, tem grande parte de contribuição na formação desses indivíduos. As más condições sociais, ou seja, a baixa qualidade de vida, a violência exposta em todas as situações, como drogas, desempregos, salário mínimo, baixa escolaridade, etc, desafiam impiedosamente as classes menos favorecidas, comprometendo a imagem da família dita normal.

Está explícito, na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227 que:

E dever da família da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, e à alimentação, à educação ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de

negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As situações em que vivem muitas famílias são de extrema pobreza e de exclusão social em decorrência de uma política econômica desconectada das políticas sociais públicas. Tal fato faz com que essas famílias não tenham condições de desempenhar as suas tarefas e proporcionar o desenvolvimento de seus membros.

O Estado intervém, de forma temporária, para a satisfação das necessidades dos cidadãos, sendo que as ações públicas estão concentradas sobre as famílias que faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de suas crianças e adolescentes.

Através das redes de solidariedade social é que muitas famílias contam com o apoio necessário a sua sobrevivência. Recorrem aos vizinhos, igreja, escola, centros comunitários, centros de saúde.

Algumas saídas são propostas por Carvalho para atender comunidades em situações de vulnerabilidades (1997, p16-20):

1 – os programas de geração de emprego e renda, através do processo de terceirização, reservar espaços de serviços para a manutenção de parques, jardins, limpeza de córrego para os grupos da comunidade;

2 – complementação de renda familiar. Esse seria o ingrediente principal na composição de uma política de proteção do grupo familiar e um salto qualitativo no reconhecimento da cidadania;

3 – rede de serviços comunitários de apoio psicossocial, cultural e atendimento às pequenas demandas de justiça. Os serviços em rede na comunidade iriam abranger a atenção, proteção e alteração da qualidade de vida das famílias, como, por exemplo: programas de atenção a gestantes e nutrízes, serviços

especializados de apoio psicossocial à família (desemprego, alcoolismo, separação conjugal), o acesso à cultura, acesso à justiça (ex-conflitos decorrentes da separação conjugal, alimento estragado, roubo nos casos que a polícia não resolve, etc.). Para Carvalho na comunidade, deveria ter agentes comunitários treinados, aptos, responsáveis na defesa dos direitos das famílias.

2.4 SERVIÇO SOCIAL COM FAMILIAS E SEGMENTOS SOCIAIS VULNERAVEIS

Várias são as questões que fazem parte do cotidiano dos assistentes sociais, que dizem respeito aos cuidados com famílias e populações vulneráveis, por exemplo, separação ou abandono dos filhos, processos autodestrutivos (alcoolismo, dependência química, violência e outros) ou exclusão social.

Quando o profissional se depara com os problemas das famílias de uma forma geral, tem a clareza de que os cuidados a serem dirigidos às famílias devem ser visualizados de uma forma mais global. Na família, por exemplo, o indivíduo é visto isolado dos demais, ou seja, não é considerado que, se ele está doente, as causas podem estar além da doença. O doente, e toda as implicações de caráter social, psíquico, político, ético e cultural devem ser foco de atenção.

E os cuidados dirigidos às famílias não excluem cuidados dirigidos a seus membros enquanto indivíduos. Isso porque quanto mais a família estiver exposta à exclusão, mais exposta ao abandono estarão suas crianças, idosos, e mulheres.

Os cuidados devem estar dirigidos a sustentabilidade das famílias, para que essas possam estar constituindo espaços de cuidados, proteção e

referência. Os problemas e soluções não podem ser vistos de forma isolada, mais, sim dentro de uma totalidade.

Segundo Miotto (1998, p. 21) o trabalho dos assistentes sociais integra três níveis:

O da proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, o da organização e articulação de serviços, e o da intervenção em situações familiares.

O primeiro diz respeito à proposta de políticas sociais, tendo como objetivo apresentar possibilidades de convivência familiar, sendo proposta de políticas não compensatórias. Enquanto sujeitos sociais, nem a família nem o Estado podem ficar ausentes no projeto das políticas sociais, evitando-se o tratamento fragmentado, que tem sido dispensado às famílias e que não as tem atendido de maneira eqüitativa.

Os problemas de uma proposta dessa natureza são inúmeros. Dentre eles, apontamos o risco da discriminação à medida que elege algum modelo familiar, enquanto destinatário das políticas sociais, excluindo outros; e o risco de colocar em xeque a própria história de conquista dos direitos individuais (Barros apud Miotto, 1998),

A segunda proposta, organização e articulação de serviços, tem como ponto de partida a relação entre família e serviços, em que as instituições poderiam substituir os cuidados familiares, prevendo a adaptação das famílias as suas normas de funcionamento. Essa relação com os serviços pode gerar mais um fator de estresse para as famílias, em vez de ser um suporte efetivo, dando às famílias melhores condições de qualidade de vida.

As intervenções em situações familiares são ações em que o profissional de Serviço Social está diretamente em contato com as famílias que vivenciam situações de conflitos.

Tem como objetivo identificar quais as fontes de dificuldades, quais as possibilidades e todo o recurso disponível que possa contribuir para que as famílias consigam articular respostas para as possíveis mudanças.

Mioto (1998, p22-23) sugere, provisoriamente, duas linhas para o desenvolvimento de ações de cuidados das situações familiares: a intervenção em situações familiares especiais e a intervenção em situações sintomáticas.

O primeiro diz respeito às ações de cuidados das famílias que, em determinados momentos de sua história, vivenciam situações que colocam em xeque as pautas de relacionamento. Decorrentes das demandas colocadas pelo contexto social temos o desemprego, migração, prisões e pelo próprio processo de desenvolvimento que a família passa, como adolescência, envelhecimento, ou pelo próprio curso da vida, como morte, nascimento, doenças e separações. O trabalho do assistente social tem como objetivo a prevenção e respostas ao processo de reorganização familiar.

A segunda linha de ação consiste nos cuidados voltados para aquelas famílias que não conseguiram encontrar soluções ou respostas adequadas para os desafios do cotidiano e expressam sinais de sofrimento. Esses sinais se manifestam através de seus membros, ou seja, quando apresentam dependência química, alcoolismo, doenças mentais e físicas, depressão, através das relações destrutivas que se estabelecem nas famílias, tais como a violência, ou através da relação do indivíduo com a sociedade, por exemplo, através de atos infracionais. Cabe ao profissional a escolha da melhor maneira de abordagem.

Atualmente, as famílias apresentam vários sinais de sofrimento, sendo rotuladas de famílias desestruturadas. E, na maioria das vezes, são essas famílias tidas como desestruturadas que procuram os serviços sociais.

Famílias Desestruturadas – trata-se de uma categoria, ou melhor, uns rotulam, que serve para designar aquelas famílias que falharam nas suas funções institucionais. Ou seja, implica um processo de *juízo* que geralmente é realizado a partir de um modelo de família (mais ou menos flexível, dependendo do avaliador) e que pode estar relacionado a determinados aspectos da vida familiar ou a um conjunto deles. Com o aumento do consenso em relação à diversidade dos arranjos familiares, o rótulo geralmente é atribuído àquelas famílias que contrariam as expectativas sociais quanto aos papéis e funções familiares (Miotto 2000, p.23)

Como já foi visto anteriormente, a família é como uma instituição social, que se modifica conforme o espaço social e o tempo em que se encontra.

Diariamente, as instituições são procuradas pelas famílias que não conseguem, no seu meio interno, respostas aos desafios impostos, buscam nas instituições ajuda, seus problemas estão relacionados ao contexto social brasileiro, o que implica mudanças na nossa forma de olhar, de compreender e intervir nesses problemas. Pressupõe o deslocamento do eixo de atenções, e de intervenções dos indivíduos para a família e seu contexto social, exigindo transformações na condução dos processos de atenção à família.

Todo conjunto de ações e propostas que interferem na vida Familiar e podem ser articuladas em três pilares, a saber: as políticas sociais, o modelo assistente vigente nos espaços institucionais, as demandas específicas de cada grupo familiar (Miotto 2000, p.123).

As demandas que são colocadas permitem avaliar e intervir, dependendo da instituição ou do profissional (que este depende da instituição

para sobreviver), família individualizada, ou seja, é feito o diagnóstico e o tratamento de indivíduos, as ações tendem a ser parciais e localizadas.

Aquelas instituições que dão atendimento específico não “conseguem” entender que é a família como um todo e não apenas um membro dela que necessita de atenção.

O atendimento é fragmentado, geralmente a família percorre vários serviços para dar conta de um dos seus mais diversos problemas, como se estes não fizessem parte de uma mesma estrutura.

O reconhecimento da família como totalidade implica reconhecê-la dentro de um processo de continuas mudanças, inúmeros fatores contribuem para a mudança, nos quais estão aqueles referentes à estrutura social, e, esses fatores contribuem como fonte de estresse e para o aparecimento das dificuldades familiares.

Os sintomas que aparecem na família surgem quando ela fracassa no manejo de suas dificuldades, e não conseguem encontrar soluções adequadas para resolvê-las. A princípio a família tenta contê-los, após muitas tentativas sem solução, como ela não dispõe de recurso para lidar com suas dificuldades, busca a ajuda institucional.

Esse encaminhamento se torna importante num contexto de Brasil, onde a política econômica expõe cada vez mais as famílias ao desemprego, as migrações e ao empobrecimento, nesse sentido cada vez mais as famílias sentem dificuldades de encontrar soluções para seus problemas.

Faz-se necessário que as famílias tomem consciência da sua importância na participação de movimentos reivindicatórios, organizados para melhor condição de vida.

A intervenção profissional nesse sentido é fundamental, mas que o reconhecimento dessa importância e a proposta de atendimento por si, não são suficientes para que a trabalho aconteça. Pois quando aparecem os “membros problemas” numa família, que dizer que ela já se encontra com seus processos relacionados comprometidos muitas vezes, ela não consegue ser atendida pelos serviços oferecidos pelas instituições, nesse contexto estão aquelas famílias cuja incapacidade de compartilhar e apoiar constitui fonte importante de dificuldade.

É importante que o profissional tenha um comprometimento ético com a demanda apresentada, não basta que o profissional fique atrás de uma mesa lidando com os “casos-problemas”. O profissional tem que rever as formas clássicas de atenção à família e voltar suas ações mais ao caráter preventivo. Estas ações incluem especialmente as intervenções profissionais nos momentos de crises familiares.

Por crises familiares estão sendo tomados aquelas ligados ao processo evolutivo da família, tais como casamento, nascimento, adolescência e as relacionadas com os momentos críticos propriamente ditas, que são separação, desemprego, prisão, doença. (Mioto, 2000, p.126).

A intervenção profissional passa por formulações e implantação de políticas sociais, com o objetivo de dar condições para a sobrevivência do grupo familiar.

As políticas sociais não incluem a idéia da família como totalidade, são implementados em função do indivíduo. No sentido de melhorar a situação de qualidade de vida da família, é necessário um esforço no sentido de articular e integrar as políticas setoriais.

A setorização das políticas sociais e existência de canais de integração entre elas tem gerado uma inoperância em relação às famílias. Dentro delas, a família é sempre vista pelo retrovisor e não como foco de atenção (Takashima, apud Mioto, 2000, p. 126).

Finalizando, o profissional que estiver inserido no espaço de atenção à família não pode perder de vista o processo global e a ressonância que a sua ação profissional tenha no contexto dos demais espaços. O objetivo é atender as necessidades das famílias, para isso, é preciso que o profissional seja competente, tanto para atender as famílias dentro de suas especialidades, como fazer da prática cotidiana uma prática de natureza investigativa. Fica claro, também, que as políticas de atendimentos devem romper com a fragmentação dos serviços e colocar a família, e não apenas um de seus membros (crianças /adolescentes) no centro da discussão.

A política social observou os ventos do " Welfare State "e dos direitos sociais cunhados no mundo Ocidental capitalista.

Destes ventos, resultou um desenho de política social extremamente setorizada, centralista e institucionalizada, elegendo o indivíduo como portador de direitos [...] e não mais os coletivos do tipo família ou comunidade. (Carvalho 2000. p 94).

Estudos e análises poderão subsidiar a implementação e a avaliação de políticas e programas sociais, que vão atender aos ideais já propostos na formulação de algumas políticas sociais que sejam adequadas à realidade das famílias.

Os aspectos aqui abordados pretendem dar elementos de análise para o capítulo a seguir. Os estudos sociais realizados na comunidade do Morro da Caixa constaram dados relativos à dinâmica que envolve as famílias nas mais variadas questões sociais. Com referência aos estudos sociais, pode-se dizer que foram realizados com famílias vulneráveis do Morro da Caixa.

III CAPÍTULO

3 – O ESTUDO SOCIAL DAS FAMILIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTE S MATRICULADOS NA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DA CAIXA

3.1 O ESTUDO SOCIAL

Historicamente, a utilização do estudo Social, realizado por assistentes sociais no judiciário catarinense, ocorreu em meados do século XX, com a vigência do primeiro código de menores brasileiro, em 1969. Em seus artigos 69 e 175, trazia a necessidade de ser o juiz informado a respeito da situação social do menor, para melhor decidir sobre o seu rumo.

Geralmente, o estudo social é realizado por equipe interprofissional, a pedido dos juizes, servindo para orientar, intervir, demonstrar a situação sobre uma realidade trabalhada, no entanto, ao longo da atuação profissional, ele é solicitado ao assistente social para diferentes finalidades, ora para construir prova em processo litigioso, ora para apuração de ato infracional, com a finalidade de contribuir para a definição do melhor procedimento constata-se que os magistrados têm valorizado os estudos sociais, realizado pelo assistentes sociais, bem como exigido ao profissional além do relato dos fatos, a emissão de pareceres técnicas que subsidiem os encaminhamentos das questões.

Para a realização de um Estudo Social, o profissional de Serviço Social não utiliza as regras que norteiam a perícia judicial. As regras que orientam o estudo social são de cunho meramente técnico e ético, enquanto, que ao realizar uma perícia social no âmbito da justiça, o profissional deve, além de observar esses aspectos, ater-se às regras processuais constantes no CPC (Código Processo Civil), que se aplicam a qualquer tipo de perícia judicial.

Perícia judicial é:

Atividade técnica e processual, que se materializa através de laudo ou qualquer outra forma legalmente prevista, na condição de instrumento. Perícia judicial é atividade, é trabalho técnico desenvolvido em processo judicial dentro das normas aplicáveis. A perícia judicial, portanto, resulta tanto de uma atividade técnica como de uma atividade processual (ROSA apud 2001, p.35).

O Estudo Social funciona como um documento, uma vez que integra um processo judicial. Por isso, os juizes acabam solicitando ao Assistente Social a realização do Estudo Social, por ser um documento em que o profissional geralmente se manifesta.

A contribuição do assistente social no processo civil e criminal ganha importância na medida em que seu serviço pode constituir prova relevante e influenciar na decisão judicial, ficando clara a importância do trabalho profissional, que ultrapassa, assim, o ato de apenas produzir um simples documento.

No estudo social, o profissional deve atender alguns critérios ao estruturar o documento. No início, deve conter uma introdução com dados da instituição, a história, o porquê do estudo. A seguir, fazer uma apresentação com a identificação do sujeito, constelação familiar, que deve obter dados de toda família, como: nome, idade, parentesco, escolaridade, ocupação e salário. Em seguida, o esquema familiar, que nada mais é que a forma como se processam as relações da família com o meio interno e externo, passando-se a descrever a história e a dinâmica da família, análise e interpretação, parecer social e encaminhamento. Nessa mesma etapa, devem constar:

- 1- Introdução (fase de identificação): número de processo, tipo, vara de origem, identificação dos envolvidos e objetivo do trabalho;
- 2- Procedimentos: apontam-se os instrumentos utilizados na coleta de dados (visitas domiciliares, entrevistas);

- 3- Caracterização da situação: organização dos dados coletados, história familiar e do relacionamento conjugal, se for o caso, da dinâmica familiar, motivações que desencadearam o conflito, situação sócio-econômica dos envolvidos, saúde e vida escolar da criança;
- 4- Parecer social, parecer conclusivo, conclusão/sugestão: após todas as etapas, e diante das conclusões alcançadas, o profissional expõe sua opinião sobre a melhor decisão que o magistrado poderia tomar.

O que faz a diferença entre o Estudo Social e a Perícia Social, além dos conhecimentos técnicos e éticos, são os parâmetros estabelecidos no CPC para o caso da perícia social.

3.2 INSTRUMENTAL TÉCNICO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO SOCIAL

Para a realização dos estudos sociais, o Assistente Social, dependendo do seu objetivo de estudo, utiliza como instrumentos de pesquisa, a observação, entrevista, visita domiciliar, contatos telefônicos e documentação.

Os instrumentos estão em constante movimento, são criados e recriados de acordo com os objetivos, com as exigências do diferentes momentos do trabalho profissional, do arcabouço teórico, políticos, ético do Assistente Social.

Instrumento deriva do latim, instruire, construir. É o que se utiliza para obter um resultado

Os instrumentos servem:

- ✚ Para conhecer os sujeitos sociais, a realidade social;
- ✚ Para realizar analisar e /ou estabelecer diagnóstico sobre situações sociais/ realidade social;
- ✚ Intervir em situações sociais /realidade social.

3.2.1 Entrevista

Através da entrevista, o assistente social busca conhecer como os sujeitos sociais vivenciam as múltiplas expressões da questão social

A entrevista não significa uma conversa despretensiosa e neutra, ela está inserida como meio de coleta de dados dos fatos relatados pelos atores, podendo ser individual ou coletiva. Pode ser realizadas com vizinhos, amigos, professores, em busca de melhores esclarecimentos da realidade vivenciada pelo usuário.

Durante a entrevista, é essencial que o entrevistador evite impor seus próprios julgamentos aos usuários, permitindo-lhe expor sem receio e condenação os próprios sentimentos sobre os assuntos vitais. Não interfe, assim, no progresso e eficácia da entrevista.

3.2.2 Observação

Quando estamos entrevistando, não podemos esquecer a observação, pois, muitas vezes, as palavras dizem algo, mas o corpo e os gestos dizem outra coisa. Ao observarmos, constatamos a existência de algumas coisas visíveis na pessoa observada, seus gestos, aparência, movimentos, sua postura etc, a partir daí construirmos hipóteses sobre o possível significado de cada um desses dados

3.2.3 Visita Domiciliar

Serve para conhecer os sujeitos sociais e a realidade social. A visita domiciliar tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações desses

sujeitos. Geralmente, as visitas domiciliares devem ser agendadas com antecedência.

As visitadas domiciliares requerem sensibilidade aos anseios e reações da família. É importante que a família compreenda que a equipe realmente quer conhecê-la melhor, conhecer outros membros da família e compreender a natureza e o ambiente da vida cotidiana. As famílias sentem-se freqüentemente importantes por se reunirem em sua própria casa, mas são sensíveis à intrusão e à crítica ao seu estilo de vida. Nem é preciso dizer que o profissional deve entrar com respeito e que o propósito de visita deve ser contato e comunicação (MUNICHIN, apud Miotto 2001, p. 84).

É no espaço doméstico que o indivíduo se sente mais seguro. Na casa, está a família, as relações de amizade, a lealdade, enfim, a casa é o ninho de relações pessoais e sociais.

3.3 ANÁLISE DOS ESTUDOS SOCIAIS REALIZADOS ATRAVÉS DA DISCIPLINA PROCESSO DE TRABALHO FAMÍLIA SEGMENTO SOCIAL VULNERÁVEL

A disciplina da 6ª fase de Serviço Social (Processo de Trabalho Serviço Social Família Segmento Vulnerável), realizou-se, em 2001-1 e 2002-1, em parceria com a Casa da Criança e do Adolescente, objetivando o estudo social com as famílias das crianças que freqüentavam o programa Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa. Faz-se necessário comentar como foi realizada a escolha das famílias. Alguns critérios foram utilizados para a seleção, uma vez que não poderia ser realizado com todas as famílias, pois o número de acadêmicos não era suficiente. Foram selecionadas e estudadas, 27 famílias, estudo no qual foi baseado este trabalho de conclusão de curso.

- ◆ Competiu à equipe da Casa da Criança e Adolescente a escolha das famílias;
- ◆ Que as famílias estivessem pelo menos com um de seus filhos matriculados no programa;

- ◆ Que as crianças ou adolescentes não estivessem inseridas no programa do PETI;
- ◆ Pelas necessidades emergenciais que o programa tinha em conhecer a família;
- ◆ O número de famílias deveria ser de acordo com o número de grupos formados pelos acadêmicos da UFSC.

A equipe acadêmica, após obter os nomes das famílias com seus respectivos endereços e um pré-contato, já realizado com antecedência pela equipe da Casa da Criança e do Adolescente, deu início às visitas domiciliares. Algumas informações são vistas já na primeira visita como: Idade, nome, ocupação, parentesco, escolaridades, o namoro e casamento, número de filhos, comentário do relacionamento conjugal, etc. Geralmente, as próximas visitas aconteciam para que a equipe pudesse levantar alguns dados que possam aprofundassem o estudo social, como entrevistar novos componentes da casa, professores, parentes ou vizinhos, quando se fazia necessário. Os acadêmicos ao elaboram o estudo social deviam compor os seguintes itens: apresentação, identificação, constelação familiar, esquema familiar, antecedentes, história da dinâmica.

De acordo com a equipe da Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa, definiu-se como objetivo conhecer a realidade, as necessidades e demandas. Caberia aos acadêmicos de Serviço Social realizarem o estudo social dessas famílias, levando à equipe os resultados obtidos para que planejassem as devidas ações necessárias.

A equipe da Casa da Criança e do Adolescente demonstrou interesse em obter algumas informações mais precisas sobre:

- ▶ A dinâmica familiar, quais as crises e sintomas familiares (alcoolismo, desemprego etc...) e quais as intervenções da rede secundária (posto de saúde, escola, programa de apoio sócio familiar e de atendimento

terapêutico, etc...), necessárias para contribuir na superação dessas, priorizando ações voltadas às demandas das famílias;

- ▶ Verificar a composição familiar – estrutura- (monoparental, nuclear, ampliada, etc...), a questão da moradia, da profissão, da renda familiar e das estratégias de sobrevivência;
- ▶ Tentar perceber nas visitas a questão do trabalho infantil e outras situações que possam caracterizar risco pessoal e/ou social para a criança;
- ▶ Qual a importância que o programa possui para as famílias? Acha importante as crianças terem aulas complementares ao período escolar? Se estão satisfeitas quanto ao funcionamento organizacional (horário, funcionários, estrutura etc..).

Com base nas informações solicitadas pela equipe da Casa da Criança e do Adolescente, procuraremos responder a essas questões, através de dados quantitativos e qualitativos, demonstrados da seguinte forma:

1- Composição e Dinâmica Familiar

1.1 Estrutura Familiar

- 1.1.1 Famílias Monoparentais
- 1.1.2 Famílias Extensas
- 1.1.3 Famílias Recompuestas
- 1.1.4 Famílias Nucleares

1.2 Local de origem

1.3 Moradia

1.4 Saneamento básico

1.5 Nível de escolaridade

1.6 Ocupação/estratégia de sobrevivência

1.7 Renda mensal

1.8 Religião

1.9 Redes

1.10 Doenças Reveladas

2- Crianças e Adolescentes

2.1 Questão do trabalho infantil

2.2 Crianças e adolescentes incluídos no PETI.

2.3 Crianças ou adolescentes em situações de risco pessoal ou social

3- A importância Da Casa da Criança e do Adolescente no cotidiano das famílias visitadas.

1 - Composição e Dinâmica familiar

1.1 - Estrutura familiar:



Quanto à estrutura familiar, vem ocorrendo um aumento significativo das famílias extensas, monoparental e recompostas e um número reduzido de famílias nucleares.

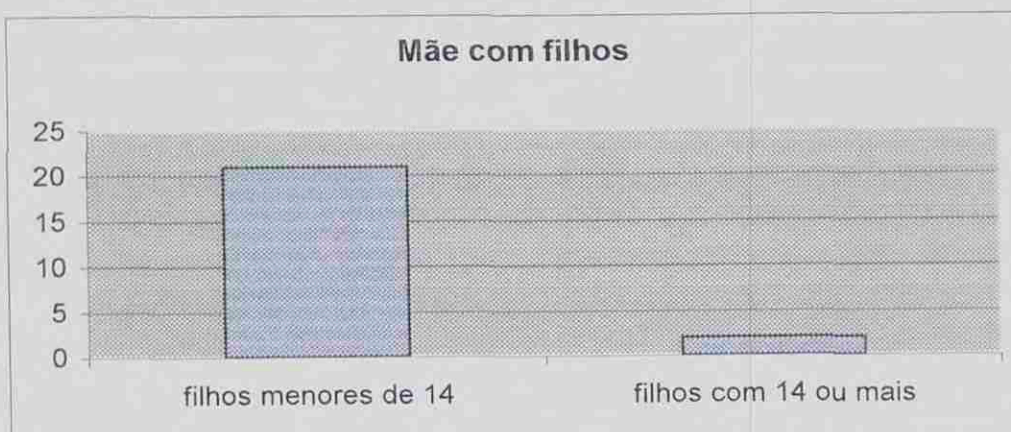
1.1. Famílias monoparentais

Vale aqui comentar que, com o processo de industrialização e modernização, é impossível pensar a existência de um único modelo como o ideal, nesse caso, o nuclear. O número de mulheres como chefes da casa, saindo do espaço privado e assumindo papel no espaço público aumentou, em decorrência de toda uma infra-estrutura social (as creches, as escolas, as

máquinas). Principalmente na comunidade, o número de mulheres "sozinhas" que sustentam seus filhos é bastante expressivo, e algumas delas contam com o apoio dos pais, avós e amigos.

O casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa o imaginário social romântico burguês do período da modernidade, parece ter ficado para trás. Nas circunstâncias históricas atuais, a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalado e isto manifesta-se no fato de que lá onde o indivíduo encontrava maior estabilidade e segurança, casamento e família passaram a desfazer e refazer-se continuamente (VAITSMAN 1994, p. 35).

Das 27 famílias aqui pesquisadas, seis encontram –se numa relação monoparental, ou seja, relação de mãe com filhos, sendo que essas famílias, segundo quadro a seguir, estão com seus filhos na passagem para a puberdade. Verificou-se, também, que essas famílias encontram-se bem mais estruturadas que as famílias com pais e filhos, pois 100% das mães encontram-se trabalhando com salário fixo. Conta também com ajuda em rede, de parentes, vizinhos, creche, etc



Nos casos constatados, o número de pais que estão assumindo a guarda dos filhos também tem aumentado. Pela liberalização dos costumes, as mulheres estão saindo de casa, assumindo sua vida fora do casamento,

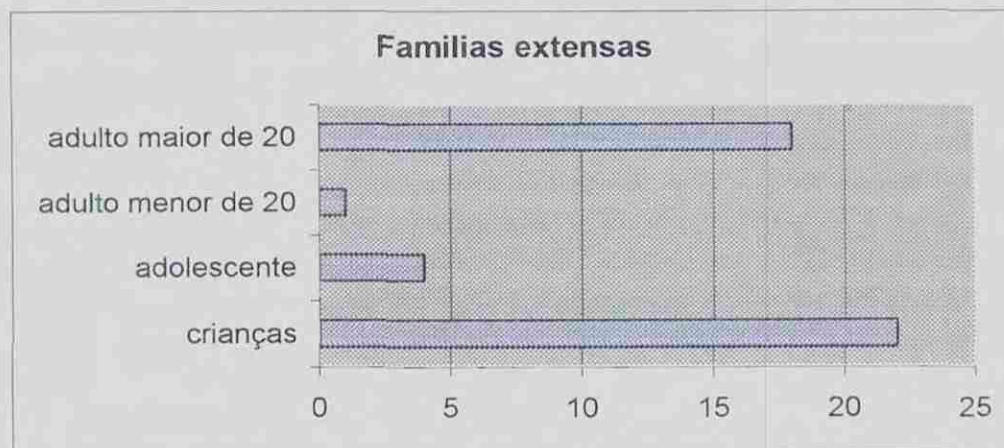
deixando a responsabilidade dos filhos com os maridos. Segundo relato a seguir:

“Esta abandonou o lar, deixando as três crianças sob seus cuidados. Desde então, ele é o responsável e cuida dos filhos com muita dedicação. Os filhos não têm contato com a mãe desde o acontecido [...]”.

O que se percebe, além do pai ficar com a guarda dos filhos, é que a maioria são crianças, e já assumindo a responsabilidades de um adulto. Segundo relatos de uma vizinha, o pai não tem paciência com a filha e “faz a menina trabalhar na casa, fazendo limpeza”.

Outra constatação foi com outro pai que, ao ser indagado porque seu filho não estava freqüentando a escola, respondeu: “que este não seguia suas orientações, pois já se considerava um homenzinho”. O quadro seguinte revela a idade dos filhos menores de quatorze anos e maiores que estão aos cuidados do pai. Pelas idades aqui apresentadas, 100% são menores de quatorze anos, dificultando a estruturação da família sem intervenção externa, inclusive com relação á sua manutenção.

1.1.2 Família extensa



Encontramos, também, na comunidade, o modelo de família extensa, avós cuidam dos netos, pois, em alguns casos, a mãe (pai) é falecida (o) ou foi

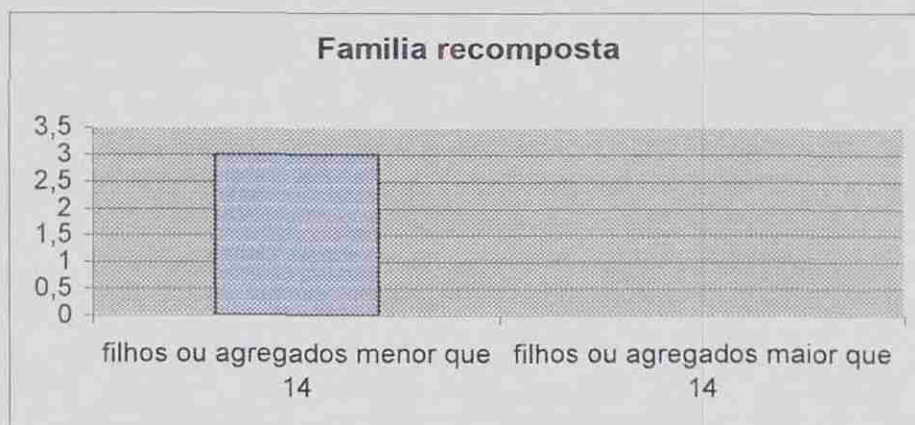
embora com o namorado (a), ou ainda, se encontram presos. Nessa mesma casa, moram marido (quando tem), filhos (as) gênro, noras, e netos, e, geralmente, a única renda familiar é proveniente de aposentadorias dos mais velhos.

Dos estudos analisados, podemos concluir que as famílias extensas representam um número considerável, são de seis famílias num total de 27 famílias pesquisadas. Podemos concluir que, em decorrência de toda mudança que o país está atravessando, essas famílias não encontraram na união os recursos necessários para sobreviver, e algumas delas conta com o único salário, que provêm de aposentadoria.

Mioto,(1998, p.) "As famílias que contam com uma estratégia coletiva de enfrentamento das condições de mercado e da conjuntura econômica tendem a ter melhores chances de superar a instabilidade e o patamar de pobreza".

O quadro revela que o número de crianças é superior ao de adultos, caracterizando maior vulnerabilidade das famílias, as quais não estão conseguindo superar o momento que estão vivendo. Além do que, o que se pode observar é que , a maioria de seus membros está acima de vinte anos e não possuem qualificação profissional, sendo esse mais um dado para que essas famílias permaneçam vulneráveis por mais tempo.

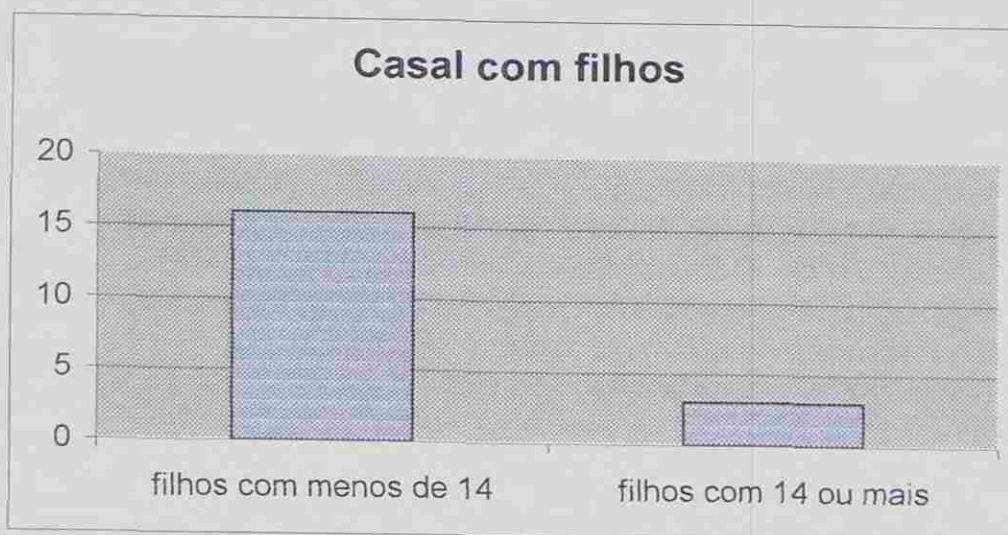
1.1.3 Famílias Recompuestas



Em relação ao quadro acima, podemos analisar que famílias estão se separando ainda com seus filhos pequenos. A união por toda vida tornou-se possibilidade. As mulheres escolhem seus parceiros a partir da afinidade e identidade de valores. Segundo relatos,

“A família tem sua formação há aproximadamente quatro anos, o Sr. Edson não é o pai biológico de Mirian, mas é seu responsável, pois, segundo a mãe é ele quem a sustenta e educa [...], em seu segundo casamento, parece viver harmoniosamente com seu marido[...]”.

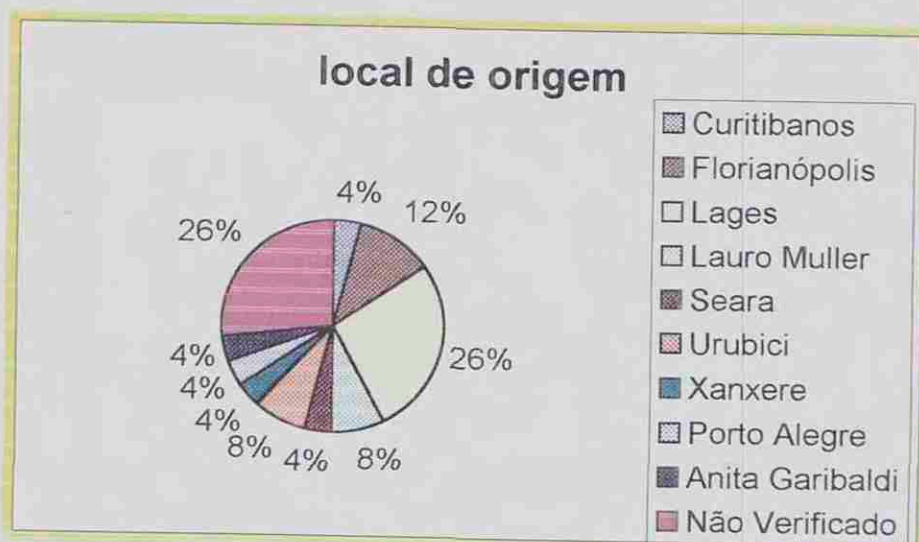
1.1.4 Famílias Nucleares



O número de casal com filhos menores de 14 anos também é expressivo, mesmo que a estrutura nuclear seja pequena em relação às recompostas. O que se pode comentar sobre as crises que estão passando no momento se refere às dificuldades no relacionamento entre os membros. Segundo relatos, “quando algo não lhe agrada, fica emburrada, não conversa com ninguém”. Ou ainda “ele é um garoto atencioso com todos a sua volta, porém, possui certa dificuldade de se relacionar com o pai”. A maioria dos pais encontram-se em trabalhos de biscate, não possuem uma renda fixa, dificultando a sobrevivência. Contam com o apoio de vizinhos, parentes, etc.

Diante dos gráficos acima, percebe-se que a proporção de casais com filhos está bem menor em relação aos demais quadros, o que se esperava, pois, hoje, o modelo de família está bastante diversificado. Mulheres com filhos, assumindo sozinhas a responsabilidade do cuidado com os filhos, mostram também que pela idade ou ciclo de vida que as famílias estão passando no momento, seus membros se situam na fase intermediária, ou seja, antes dos quatorze anos. Assim, as famílias sentem dificuldades em construir estratégias para sobrevivência e bem estar de seus membros, permanecendo vulneráveis por mais tempo.

1.2 - Local de origem



Quanto ao local de origem, faz-se saber o número expressivo de pessoas advindas de outros locais, que buscam na comunidade saídas para melhorarem de vida, a busca de melhor emprego, moradia, afeto, até mesmo para se esconderem da justiça, etc.

Referente ao gráfico, haja vista os números de pessoas que imigram principalmente da região de Lages, são vinte e seis por cento de pessoas oriundas dessa região, contra dez por cento da própria região de Florianópolis.

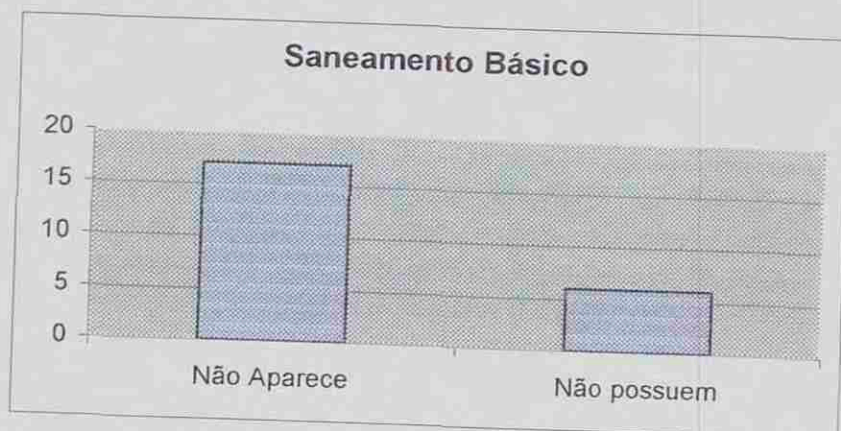
Várias culturas e identidades se misturam na comunidade, como dizem muitos autores antropológicos (Da Matta, Brandão), a cultura não é algo estático, mas dinâmico, algo reinventado, recriado, sendo usado para marcar a diferença, quando em contato com outras culturas. Essa cultura deve ser trabalhada para que cada grupo não perca por completo essa diferença.

1.3 – Moradia

Na comunidade do Morro da Caixa muitos conseguem casa própria, mesmo sendo por invasão nos morros; sem propriedade legal do terreno, a casa é garantida. 99% das casas visitadas são próprias, encontrando-se em precárias condições de infra-estrutura. Algumas casas são divididas com outros parentes, ficando duas peças para cada família. Não contam com privacidade, sendo que o banheiro é externo e é dividido com todos. Percebe-se que há uma solidariedade familiar, a vida em grupo favorece as chances de sobrevivência, às vezes contam com o apoio nos cuidados com os filhos, às vezes com empréstimos em dinheiro. Os laços afetivos entre os moradores, que, na maioria das vezes, são parentes, são afirmados com tais atitudes. Segundo relatos,

“A casa onde moram é de madeira e encontra-se muito danificada com buracos nas paredes e no telhado. É dividida em quatro cômodos para duas famílias, [...] não possui banheiro [...] o banheiro fica nos fundo do terreno”.

1.4 - Saneamento Básico



Quanto ao saneamento básico, nas famílias visitadas, constatou-se que 33% das famílias não contam com o devido tratamento dos dejetos, o esgoto corre a céu aberto. Constatou-se, também, que a água é desviada, ou seja, geralmente é puxado um rabicho de onde a população se beneficia da água. Segundo Maria do Carmo (1998, p. 99)

“O direito à privacidade não é sequer sonhado pelos grupos de usufruto de bens e serviços mínimos à sobrevivência material (saneamento básico, coleta de lixo, trabalho,...)”.

Segundo relatos de alguns moradores da comunidade, sobre a rede de esgoto, “[...] existe uma rede feita pela própria comunidade, em que o esgoto é levado para o biodigestor na beira da via expressa, através de encanamentos”.

“A família tem problemas quanto ao saneamento do vizinho, pois o esgoto é a céu aberto e os dejetos passam ao lado de sua cozinha”.

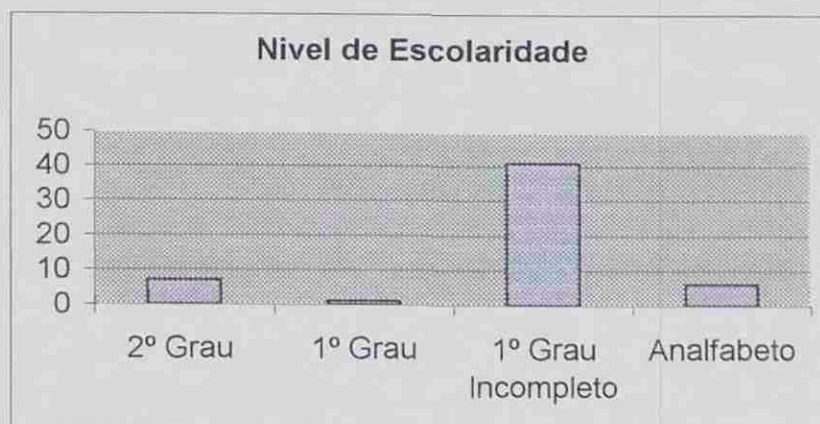
Outro relato

“O mesmo não tem despesas com luz e água [...]. Muitos moradores da localidade não pagam água, e a questão da luz não deveria ser modificada já que é um gasto a menos”.

Nos estudos sociais efetuados, não há precisão quanto ao número de residências que possuem saneamento básico. Alguns estudos revelam o número de peças da casa, incluindo o banheiro.

1.5- Nível de escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, percebemos que a maioria 74%, das famílias visitadas encontra-se em nível de primeiro grau incompleto. Sendo que, aqui foram incluídos todos os que moram na casa, com exceção das crianças e adolescentes que estão estudando.



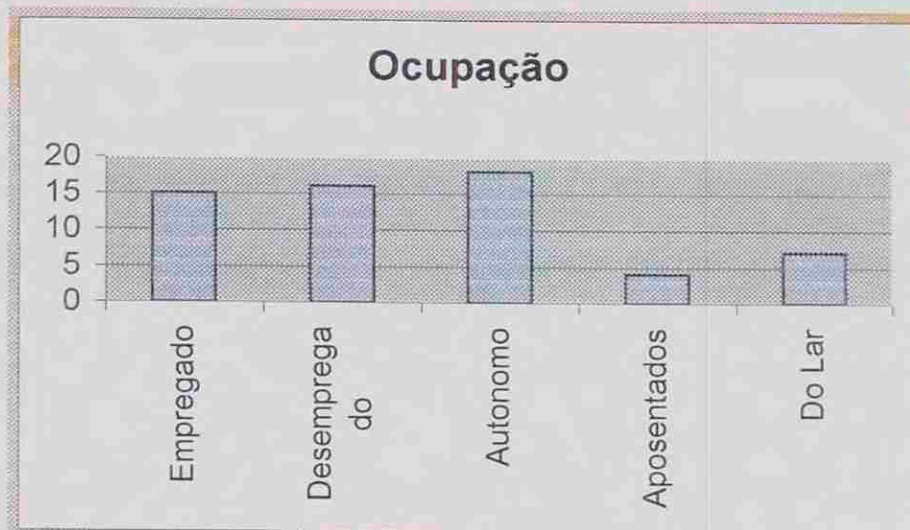
Outra constatação foi quanto ao nível das crianças que participam no programa (Casa da Criança e do Adolescente), a maioria 90% delas não estão alfabetizadas, muitas causas são visíveis, a precária condição de moradia, falta de alimento, a falta de estudo dos pais/ou responsáveis, o desemprego de seus pais. Muitas estavam sendo exploradas pelo trabalho infantil, a própria violência doméstica, etc., problemas que influenciam na aprendizagem das crianças e adolescentes.

Na idade escolar, a participação dos pais na escola e no processo de aprendizagem da criança são importantes para evitar a evasão. O estímulo, a expectativa positiva e o interesse pelo que a criança realiza tem um papel muito significativo (Cenise, 1989, P.56).

A importância dos pais no aprendizado das crianças é fundamental para que sejam estimuladas cada vez mais ao estudo. A falta de estudos pelos pais faz-nos pensar em alguma possibilidade de programas a eles direcionados, como cursos de alfabetização na comunidade.

1.6- Ocupação / Estratégias para sobrevivência

Mais de 29% das famílias visitadas encontram-se em trabalhos autônomos, sendo que o percentual de desempregados é de 27%.



Na nossa sociedade, o emprego é o que define o indivíduo. Por meio do exercício de emprego, ou seja, na troca de seu emprego, o indivíduo recebe um salário com o qual adquire o que é necessário para a sua sobrevivência. Atualmente, o indivíduo não consegue mais viver com dignidade com os salários que recebe e procura alternativas. Na comunidade, pela falta de oportunidade, profissionalização, qualificação, muitos sobrevivem com muito pouco, as atividades vão desde faxina, pintura, vendedor de bilhetes de loteria, catadores de latinha/ papel, etc.

O trabalho é a categoria que funda o desenvolvimento do mundo dos homens como esfera distinta da natureza. O trabalho não é apenas a relação dos homens entre si no contexto da reprodução social. O seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante das relações sociais (MARX, apud, Éster, 2000, p. 17).

Segundo relato de alunas:

“Sr Gil tem baixo nível de escolaridade e ,segundo sua esposa, passam por muitas dificuldades, pois o marido vende loteria federal e não tem uma renda fixa (ganha R\$ 10 por dia) ou quando não recebe nada”.

Observa-se, nesse caso, que o modelo que tradicionalmente é definido em nossa sociedade, em que a figura masculina é o provedor, ele é quem manda, dá ordens e sustenta a casa, a mulher deve ficar em casa, cuidando dos filhos

e realizando os trabalhos domésticos, Mesmo ganhando pouco ou quase nada, o pai se orgulha do seu trabalho, diante do que ele se afirma como autoridade masculina perante sua família.

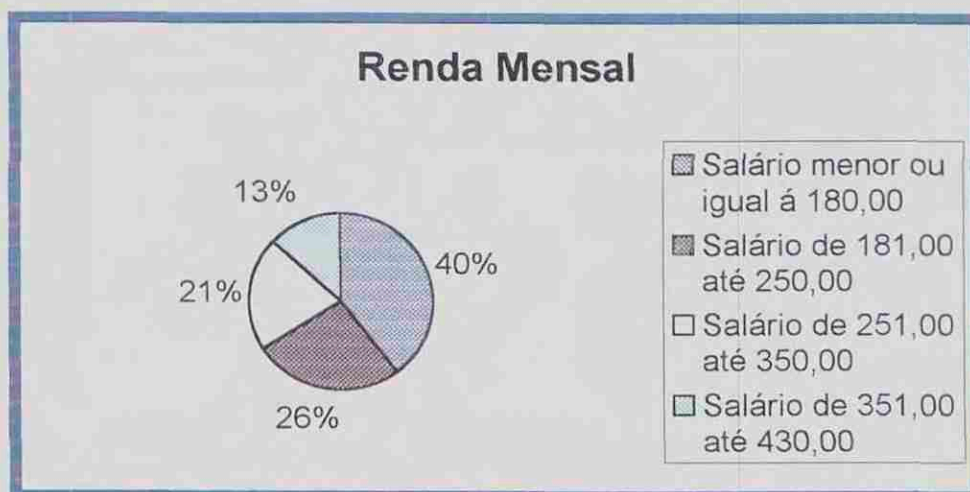
Outra opção pela sobrevivência na comunidade está no narcotráfico. Segundo relatos de alunos (as),
"Quando o marido saiu do presídio, retornou à casa, e encontra sua família em más condições [...] o marido decide abandonar a família [...] e é convencido novamente pela sua irmã de que havia maneiras mais fáceis de adquirir muito dinheiro em pouco tempo".

A outra saída está nas crianças, mesmo não tendo a responsabilidade de um adulto, crianças são pegadas trabalhando com outros irmãos e mães e, muitas vezes, sozinhas, vendendo doces nas ruas. Segundo relato de uma mãe, "eles foram enviados para a Casa da Criança e do Adolescente só porque estavam junto comigo, vendendo orelhinha de gato". É visto que para essa família o trabalho das crianças nada mais é que uma ajuda no orçamento, enquanto estão juntos trabalhando, as crianças não ficam nas ruas, onde podem se envolver com coisas ruins (drogas).

Há a participação de crianças na venda de drogas no Morro, são os chamados "olheiros". Algumas crianças fazem parte do convívio com as drogas dentro de casa. É natural que queiram sobreviver, mesmo sabendo que faz mal, a droga traz comida para dentro de casa.

1.7– Renda mensal

A media dos salários variam muito. De acordo com os dados obtidos, os salários vão desde R\$ 50,00 ATÉ 430,00 reais mensais. Algumas famílias sobrevivem com o salário de aposentadoria dos seus idosos, em alguns casos, essa é a única remuneração da família.

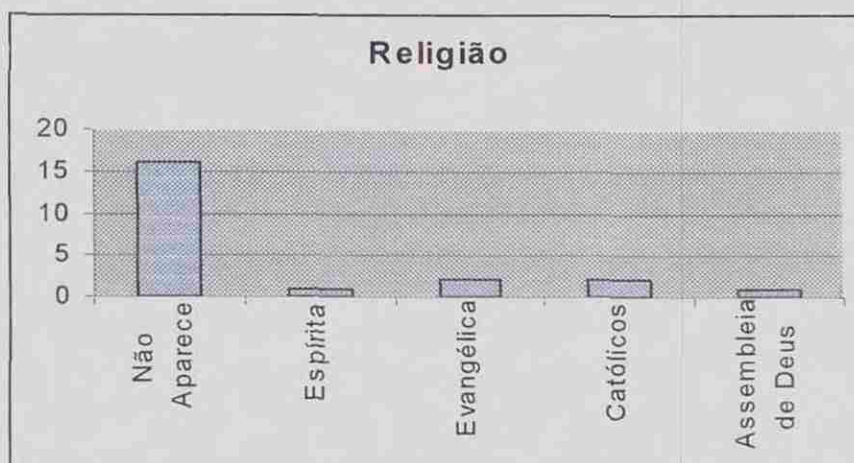


O que mais aflige a população do Morro da Caixa é o desemprego. Como já foi comentado, o capitalismo contemporâneo trouxe mudanças no que se refere ao mercado de trabalho, mudanças essas que se expressam principalmente pela globalização das finanças; pelas taxas de juros elevadas, pela precarização crescente das relações do trabalho, eliminação de postos de trabalho, etc. atingindo as camadas mais vulneráveis da nossa sociedade. Essas não possuem qualificação requerida pelo mercado de trabalho, expondo-se, na sua maioria, em trabalhos autônomos, sem garantir segurança na velhice.

1.8– Religião

Na comunidade do Morro da Caixa, das vinte e cinco famílias pesquisadas, algumas revelaram sua religião, sendo que a mais praticada é a evangélica e a católica, segundo relatos,

“É evangélica e frequenta a igreja Assembléia de Deus [...] e leva consigo suas filhas”.



As mais diversas misturas de raças, nacionalidades, etc, principalmente no Brasil, favoreceu o aumento de várias culturas e religiões. Na comunidade do Morro da Caixa, mesmo que a religião católica seja predominante, o que se observa é que muitas outras fazem a rotina da comunidade. Muitas famílias participam de outras religiões, como a Evangélica, assembleia de Deus, centro espírita.

Outro relato revela a influência da religiosidade sobre as pessoas.

“Eu tinha um grande vazio dentro de mim [...]. Quando aceitei Jesus, [...] não precisei nem mais tomar remédios fortes”.

1.9 - Redes

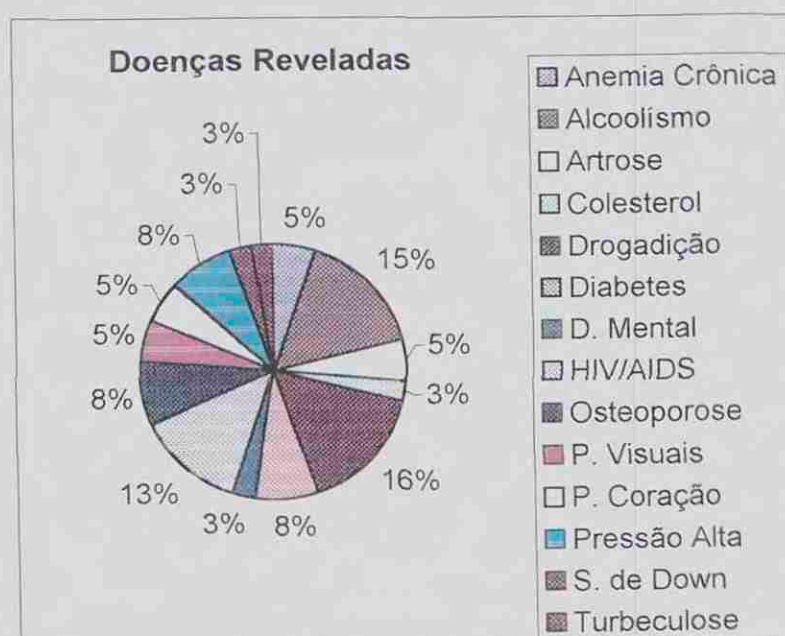
A comunidade participa de algumas redes de solidariedade, dentre elas, está o próprio programa. Como já revelado anteriormente, os filhos são cuidados, alimentados, estão ocupando seu tempo em atividade como recreação, reforço escolar e atividades lúdicas. Alguns programas são utilizados pela comunidade como; A bolsa escola, Projeto Flori- Floripa, A Bolsa do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Cestas básicas, Creches, Posto de Saúde, Igreja, os próprios vizinhos e parentes.

A rede de solidariedade se estende para a comunidade em geral, as famílias contam com o apoio no posto de saúde, que, a princípio, contam com uma caixinha para algum tipo de emergência na comunidade.

Segundo Maria do Carmo (1989, p. 96) "A solidariedade conterrânea e parental é condição primeira para a sobrevivência e a existência de famílias em situação de pobreza e discriminação".

1.10 – Doenças Reveladas

Podemos relacionar várias doenças que são verificadas, conforme os estudos sociais na comunidade do Morro da Caixa. Dentre elas, estão:



O quadro alusivo a doenças mencionadas revela que a droga como o alcoolismo e a maconha, estão entre as doenças mais citadas pelos moradores. O álcool é uma droga lícita, que pode causar dependência, já a maconha é uma droga ilícita. O álcool e a maconha, sendo muito usadas pelos usuários analisados, causam dependência, transtorno, violência, que envolvem a família em geral. A saída seria um tratamento especializado em clínicas, com a plena consciência do usuário, ou seja, que o usuário queira o tratamento. Alguns casos são revelados através dos estudos sociais.

“O pai está sempre alcoolizado e pouco fica em casa. Este mostra-se bastante arredio a qualquer contato, é bastante revoltado”.

“O pai não trabalhava, bebia muito, era usuário de drogas, e as brigas entre o casal eram constantes”.

Percebe-se que na comunidade famílias desenvolvem o ciclo vicioso, ou seja, teve algum parente que era viciado, segundo relatos, a mãe já tinha sofrido com seu marido, pois este bebia muito, agora com sua filha.

“A mãe acredita que, além do álcool, ela usa a maconha [...] pois essa já sofreu bastante em sua vida, o seu marido bebia muito, quebrava muita coisa dentro de casa, ameaçava enforcar um filho [...],”

2 – Crianças e Adolescentes

2.1 – questão do trabalho infantil

Os trabalhos infantis, a princípio, não são revelados nos estudos sociais. O único caso revelado foi de uma família que, para poder sobreviver, o pai levava o filho junto para catarem papelão para ser vendido. Esse foi o motivo pelo qual a criança foi encaminhada pelo Conselho Tutelar ao programa da Casa da Criança e do Adolescente.

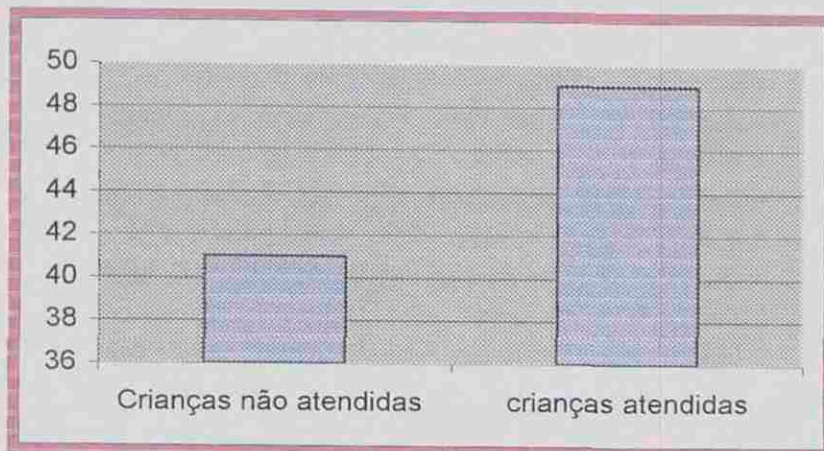
Casos revelados foram determinados por trabalhos domésticos realizados com crianças, quando a mãe está trabalhando ou quando esta não faz mais parte da família.

2.2 - Crianças e adolescentes incluídos no PETI

O PETI tem por objetivo, segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, (2000, p.59)

“Erradicar, em parcerias com os diversos setores governamentais e da sociedade civil, o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural”.

Foi verificado, junto à Casa da Criança e do Adolescente, o número de crianças que fazem parte do PETI.



O dado acima foi obtido durante o ano de 2002, quando a Casa da Criança e do Adolescente passou a atender somente crianças. Devido à casa não possuir atrativos para os adolescentes, ficou decidido que, a partir deste ano, a casa iria atender somente as crianças. Podemos revelar que a casa possui uma lista de espera, com mais de 30 crianças, observando-se nessa lista que a maioria são crianças de 7 a 9 anos. Não podemos esquecer que muitas mães precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos, preocupando-se com as crianças sozinha em casa.

Quanto ao PETI, muitas famílias indagam por que algumas crianças fazem parte do PETI enquanto outras não. Como já foi comentado, as políticas sociais são seletivas, residuais, não atendem a todos, uma grande parcela das famílias ficam fora do atendimento.

No relato de uma mãe, constata-se que, ao procurar um direito que era seu em uma escola para adquirir a bolsa escola, foi surpreendida com a seletividade que a escola estava colocando.

“Que este não tinha a necessidade de ganhar a bolsa escola, pois vivia muito arrumadinho e limpinho”.

No que se refere à criança e adolescente, os estudos realizados apresentam dados quanto à violência psicológica, violência doméstica e tentativa de abuso sexual.

A violência é uma forma de dominação, que trata o ser humano não como sujeito, mas como objetivo. Se esta violência for praticada por pais, parentes ou responsáveis, implica na transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro lado, a negação ao direito da criança e do adolescente de ser tratado como sujeito de direito e em condição peculiar de desenvolvimento (Segundo “Centro Crescer sem Violência” 1999).

2.3 – Crianças ou adolescentes em situação de risco pessoal ou social.



No que diz respeito à violência sexual contra crianças ou adolescentes, o que aparece são suspeitas/ ou tentativas, segundo relatos:

“[...] desconfiança até por nossa parte [...] pode existir agressão sexual como pode não haver, mas é o pensamento que flui na consciência das pessoas que sabem que uma criança mora sozinha com seu pai [...]”.

“O companheiro atual [...] é traficante e tentou por muitas vezes abusar sexualmente [...]”.

A violência psicológica é a mais praticada na família em geral, pois envolve tanto as crianças como as mulheres; podemos citar um caso em que o pai, na noite de natal, chega tarde e resolve acordar suas filhas para comerem, “[...] é claro que elas não estavam com fome, então quando ele não me olhava, metia a colher na boca com a comida, fazendo de conta que eram elas que comiam, para que ele não nos machucasse”.

“Não vou bater no corpo [...], vou bater na sola dos pés, dói bastante e não aparece marca.

Ou ainda um pai que ameaça “ o pai faz pressão com a criança, ameaçando levá-la para morar com a mãe”.

A violência Física revelou que mulheres e crianças são vítimas constantes de violência. Tal violência traz prejuízo tanto emocional como físico, afetando o desenvolvimento. Varias características podem ser observadas em relação á violência, tais como, inibição, apatia, deficiência no aprendizado, dificuldades de relacionamento, manchas pelo corpo, hematomas, etc.

3 – A importância da Casa da Criança e do Adolescente no cotidiano das famílias visitadas.

A Casa da Criança e do Adolescente é um programa muito bem visto na comunidade, primeiro porque as crianças realizam suas tarefas, uma vez que as famílias, em sua maioria, são analfabetas.

Segundo, porque quando estão no programa, não estão nas ruas, e a maior preocupação das famílias é terem suas crianças envolvidas com as drogas ou “aprendendo coisas erradas” (mãe).

Segundo alguns relatos,

“A violência e a droga estão por todo lado. O fato de o filho ter outra ocupação que não a rua a deixa muito tranqüila”.

"[...] a necessidade de seu filho participar do projeto, pois ele, de uma forma geral, não tem lazer".

"[...] o programa trouxe segurança para os pais que precisam trabalhar e deixar seus filhos em local confiável, pois na comunidade são muito comuns a violência e as drogas".

"O programa aponta benefícios para a família, melhor rendimento escolar, complementação alimentar, tranqüilidade quanto à segurança do filho".

Mesmo sabendo da violência quanto aos tiroteios que ocorrem com a policia na comunidade, ou ate mesmo pela posse das drogas, alguns moradores não fazem nenhum questionamento quanto a essa situação, aparentemente não sentem medo.

A relação do bandido com os moradores locais é marcada, assim, pela ambivalência: se, no limite da afirmação de seu poder, ele mata quem ameaça sua vida e sua liberdade, ele também protege os moradores, salvaguardando os valores de seu grupo, como a honra feminina, a proteção das crianças e o respeito pelos indefesos, mostrando uma generosidade e um desprendimento em relação ao dinheiro que justificam moralmente seu poder e a posse do dinheiro (Segundo Luis da Câmara, 1989, p. 101).

Segundo relatos de alguns moradores, eles até os protegem quando a policia chega, os traficantes respeitam aqueles que trabalham, principalmente as mulheres, essas que na maioria das vezes sustentam a casa sozinhas. Muitas famílias comentam os tiroteios que acontecem ou com a policia ou pelo controle do trafico local, relatando que esses, na maioria das vezes, acontecem à noite, deixando todos assustados. Comentam que ficam deitados no chão ate o tiroteio passar, em muitas casas fica evidente o número de balas que perfuram as paredes.

Em relação às ameaças de fora, sobretudo à violência policial, os bandidos locais protegem a localidade, como é o caso do dono da favela, que protege os moradores contra eventuais ameaças de despejo ou novas invasões (segundo Cynthia 1996, p.100).

É no programa que a maioria das crianças comem. A falta de alimentação entre as famílias é constatada em quase todas as casa visitadas, crianças chegam a questionar sobre o que vão comer nos finais de semana. Há um questionamento por parte de mães, quanto ao programa estar oferecendo

almoço para as crianças que iriam freqüentar o programa no período da tarde, uma vez que as mães estão trabalhando e suas crianças não podem almoçar, ficando assim só com a merenda, que é oferecida no início do programa.

Alguns resultados podemos estar citando em decorrência dos estudos sociais, como alguns encaminhamentos ao PETI, e maior integração do programa com a comunidade.

Encerramos, aqui, as análises realizadas através dos estudos sociais, que tiveram além de outros, o objetivo de apresentar à Casa da Criança e do Adolescente a resposta às questões por eles enfocadas.

NOTA: os Estudos Sociais aqui mencionados foram realizados pelos acadêmicos de Serviço Social da UFSC, da 6ª fase, através da disciplina Processo de Trabalho Serviço Social Família Segmento Vulnerável, referente ao ano e semestre 2001-1 a 2002-1, Fpolis SC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das Casas Iares, Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, juntamente com a Sociedade Alfa Gente, surge, em 2000, a Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa, com o objetivo de retirar das ruas crianças e adolescentes e colocá-las no programa de complementação escolar. Contribuindo para minimizar os riscos pessoais e/ou sociais da criança e do adolescente. A realidade vivenciada pelas crianças e adolescente é de extrema pobreza. Partiu daí a idéia de que família e um lugar a ser cuidado.

A família nuclear, mesmo que ainda em sentido ideológico, é o modelo aceito culturalmente pela nossa sociedade. Essa concepção de família é passada pela sociedade, na qual muitos profissionais a conceituam a partir dessa ideologia, mesmo compartilhando a idéia que a família não é um grupo natural. O que se observa, hoje, é que olhar a família se constitui uma forma de olhar diferente, pois cada uma requer formas diferentes de ser analisada e pensada, pela singularidade de sua estrutura e sua dinâmica.

Considerando as famílias visitadas, desvela-se um modelo de família extensa, vivendo em situação de empobrecimento, pois não conta com o mínimo social, escola, saúde, emprego, moradia condizente. Torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que possam atender tais necessidades.

Com a redução do papel do estado, após a crise do estado de bem estar, a situação das famílias hoje se tornou mais dramática. Há uma sobre carga da família, mulheres com jornadas múltiplas de trabalho, crianças e adolescentes também assumindo postos de trabalho, idosos tendo muitas vezes a responsabilidade pela nova geração.

O Estado trabalha com as famílias em situações limites, aquelas que já estão em falência, como, por exemplo, os programas de apoio familiar. Esse programa trabalha com famílias em situações limites e não em situações

cotidianas. Assim, enfatiza a concepção estereotipada de família e papéis familiares, quer sejam homem/ mulher, função do pai, mãe e filhos.

A vulnerabilidade em que se encontram essas famílias deixa claro que a miséria declarada faz com que as estruturas familiares sofram mudanças constantes. O desemprego, na comunidade em geral, é um fator preponderante que contribui para a violência, pois a saída para muitos, na comunidade, está do tráfico de drogas. Percebe-se, nos relatos dos estudos sociais, que em 100% das famílias visitadas, a maior preocupação está com o envolvimento de seus filhos com drogas.

A Casa da Criança e do Adolescente é um programa que atua como suporte á comunidade, necessitando que órgãos públicos tomem consciência da sua importância e que forneçam os recursos para a sua permanência na comunidade. Diante da importância do programa para a comunidade, e da importância do aspecto do desenvolvimento nutricional das crianças, faz-se necessário reavaliar como poderiam ser realizadas as refeições no programa.

A importância do estudo social como instrumento de trabalho do serviço social, contribuiu, para que, a equipe da Casa da Criança e do Adolescente, tomassem, consciência, da vivencia das famílias. Os magistrados concordam com que, através dos estudos sociais, os Assistentes Sociais contribuem para o esclarecimento de uma dada situação social.

Diante da seriedade do estudo social, faz-se necessário a cada nova matrícula um estudo da família a ser incluída no programa. Favorecendo a equipe da casa, o conhecimento da realidade vivenciada pela criança.

Várias questões apareceram em decorrência dos estudos, o desemprego, o alcoolismo, a fome, o analfabetismo, a moradia, etc, diante dos dados obtidos, pode-se verificar que:

Essas famílias encontram-se carente tanto no sentido material, como no sentido político e na sua cidadania.

A noção de cidadania traz, em seu conceito universal, a condição de igualdade “todos são iguais perante a lei”, a constituição de 1988 possibilitou a criação do ECA (1990), a LOAS (1993), a Lei do idoso (1994), a Lei Orgânica da Saúde (1990), enfim várias leis que precarizam a participação da sociedade civil na implementação de políticas sociais.

Faz-se necessário organizar a comunidade, construindo espaços de informações e de participação popular, para que todos juntos possamos encontrar soluções, caminhos até chegar a um projeto em que a cidadania se constitua no verdadeiro foco do processo de construção de uma nova sociedade.

Referências bibliográficas;

ANDERSEN, Cynthia Sarti. A Família Como Espelho: um Estudo sobre a moral dos pobres. Editora Autores associados. 1996.

APARECIDA, Denise Michelute Gerardi. TCC Uma experiência de Serviço Social na Construção, implementação e implantação do programa comunitário de educação complementar: "Casa da Turminha". Fpolis, Julho 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). A Família Contemporânea em debate. Editora Cortez 2- edição São Paulo 1997.

Centro Crescer sem Violência. Violência Domestica contra Criança e Adolescente. Florianópolis, IOESC, 1999.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA – LEI nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e LEI nº 8. 242, de 12 de outubro de 1991, que altera os artigos 132, 139 e 260 da LEI nº 8.069, de julho de 1990.

ESTER, Maria Menegasso. O Trabalho, a Ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. Revista de negócios vol.5 n-2000.

FELDMAN Clara de Miranda. Construindo a relação de ajuda. Belo Horizonte, ed. Cortes

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org). Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe media brasileira. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro 1987.

MARIA, Lídia M. R. Silva. Serviço Social e família a legitimação de uma ideologia. Editora Cortez 1982.

MIOTO, R.C. Tomaso. Família e Saúde Mental. In Katálysis, 2. Ed. Da UFSC. Florianópolis 1998.

_____ Cuidados Sociais Dirigidos à Família e Segmentos Sociais Vulneráveis. In O trabalho dos Assistentes Sociais e as Políticas Sociais. Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília. CFESS-ABEPSS-CEAD/NED-UNB. 2000.

MIOTO R. C. Tomaso. Família e Serviço Social: Contribuição para o debate

_____ Novas Propostas e Velhos Princípios: Subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. Ed Mimeo. 2000.

MIOTO R. C. Tomaso. A perícia Social: proposta de um Percurso Operativo. Ed. Mimeo. 2001.

_____ A Perícia Social: Proposta de um Percurso Operativo. UFSC

NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa Social. 2º edição, companhia Editora Nacional São Paulo.

PROTEÇÕES INTEGRAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO, SAÚDE E APRENDIZAGEM FLORIANÓPOLIS, 18-19. 2000 Florianópolis. Anais...Florianópolis: DRT/SC, 2001.

KALOUSTIAN S.M. (org) Família Brasileira: a base de tudo. São Paulo, UNICEF / Cortez, 1994.

SALETE, Maria Ribeiro. A questão da família na atualidade. Florianópolis, 1999.

SARTI. C. A Família como Espelho. Cortez São Paulo. 1996.

SCHURHAUS, Karen da Silva. TCC A Análise do estudo social nos processos de guarda nas varas de famílias, órfãs e sucessões de fórum de justiça da comarca da capital. Fpolis 2002.